



Universidade do Estado da Bahia
Campus V
Colegiado do Curso de Licenciatura em História

Uma discussão historiográfica sobre a Ditadura Militar

Santo Antônio de Jesus – BA
2022



Universidade do Estado da Bahia
Campus V
Colegiado do Curso de Licenciatura em História

Silvana Costa da Anunciação

Uma discussão historiográfica sobre a Ditadura Militar

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na
Universidade Estadual da Bahia como forma de
obtenção do Título de Licenciatura em História.

Orientadora: Profa. Dr^a. Cristina Monteiro de Andrada
Luna

Santo Antônio de Jesus – BA

2022

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB

C837d

Costa da Anunciação, Silvana

Uma discussão historiográfica sobre a Ditadura Militar / Silvana
Costa da Anunciação. - Santo Antônio de Jesus, 2022.

56 fls : il.

Orientador(a): Cristina M. de Andrade Luna .

Inclui Referências

TCC (Graduação - História) - Universidade do Estado da Bahia.
Departamento de Ciências Humanas. Campus V. 2022.

1.Ditadura Militar na Bahia. 2.Repressão. 3.Historiografia.

CDD: 981



Universidade do Estado da Bahia
Campus V

Silvana Costa da Anunciação

Uma discussão historiográfica sobre a Ditadura Militar na Bahia

Trabalho de Conclusão de Curso como forma de
obtenção do Título de Licenciatura em História
apresentado na Universidade Estadual da Bahia.

Aprovado em: 14 / 07 / 2022

Cristina Luna

Professora Dr^a. Cristina Monteiro de Andrada Luna

Ítalo Nelli Borges

Professor Dr. Ítalo Nelli Borges

Johnny Guimarães da Silva

Professor Me. Johnny Guimarães da Silva

Resumo

A ditadura militar tem papel destacado na história do Brasil por ter sido um período caracterizado pelo caráter autoritário, de perdas de direitos, perseguições, prisões, desaparecimentos e mortes de pessoas adversárias ao regime. Este trabalho tem como objetivo discutir uma parte da historiografia existente sobre a ditadura militar (1964-1985) no estado da Bahia. Diante disso, procurou-se realçar o território baiano como lugar de resistência do período e não apenas de recuo. Assim, foi realizada uma discussão a partir da análise dos dois volumes da coletânea *Ditadura Militar na Bahia* publicados em 2009 e 2014, organizados por Grimaldo Carneiro Zachariadhes. Os textos presentes na coletânea promovem conhecimento acerca do passado de autoritarismo e ao mesmo tempo de resistência que foi vivido no estado da Bahia durante o período da ditadura de 1964 a 1985, publicizando pesquisas acadêmicas que foram desenvolvidas no âmbito dos programas de pós-graduação em História existentes no estado da Bahia, por pesquisadores que tem formação majoritariamente em Universidades baianas, como UFBA e UNEB. de modo geral, os textos publicados por meio das coletâneas, de modo geral, lidam com problemas que são comuns à historiografia sobre a ditadura como imprensa, apoios ao golpe de 64, resistência antes e após o golpe com os movimentos de esquerda, desenvolvimento econômico, cerceamento político e descompressão política a partir de 1974. Portanto, o conhecimento de nosso passado nos permite refletir sobre os rumos de nossa sociedade e evitar que erros anteriores sejam repetidos.

Palavras-chave: Ditadura militar na Bahia; Repressão; Historiografia;

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
I. VOLUME 1: DITADURA MILITAR NA BAHIA: NOVOS OLHARES, NOVOS OBJETOS, NOVOS HORIZONTES.....	9
II. VOLUME 2: DITADURA MILITAR NA BAHIA: HISTÓRIAS DE AUTORITARISMO, CONCILIAÇÃO E RESISTÊNCIA	28
CONCLUSÃO	50
APÊNDICE I.....	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54

INTRODUÇÃO

A ditadura civil militar tem papel destacado na história do Brasil por ter sido um período caracterizado pelo caráter autoritário, de perdas de direitos, perseguições, prisões, desaparecimentos e mortes de pessoas adversárias ao regime e que se engajavam no enfrentamento do mesmo. Dessa forma, nunca se esgota e tão pouco se torna menos importante as discussões em torno do golpe de 1964 e do regime por ele imposto e daí advém a importância de pesquisadores e pesquisadoras os quais, por meio de suas obras, trazem luz a muitos locais e personagens que ainda não apareciam na historiografia e passam a ser conhecidos como importantes lugares e sujeitos de lutas e resistências, ganhando o espaço e a relevância que lhes são devidas dado o fato de que contribuíram na luta contra a ditadura, até mesmo porque muito do que se conhece está ligado a centros já conhecidos e vistos como mais importantes.

Este trabalho tem como objetivo discutir uma parte da historiografia existente sobre a ditadura militar (1964-1985) no estado da Bahia. Sua contribuição reside em evidenciar que a realização de pesquisas que aprofundem a investigação desse período sombrio pelo qual nosso país passou é fundamental para valorizarmos, cada vez mais, a importância de vivermos sob o regime democrático, principalmente na atual conjuntura do nosso país, na qual as ameaças à democracia são crescentes e vêm assumindo diferentes formas.

Nosso trabalho é voltado para a Ditadura Militar no estado da Bahia, a partir de 1964. Nossa escolha se fundamentou no fato da Bahia ser pouco citada na historiografia como um local de resistência ao regime ditatorial, possuindo destaque apenas em conjunturas especiais, como na abordagem da morte de Carlos Lamarca, acontecida no interior do estado. Diante disso, queremos realçar o território baiano como lugar de resistência do período e não apenas de recuo, como tão bem aborda Sandra Regina Barbosa da Silva, tanto em seu livro *Ousar lutar, ousar vencer: Histórias da luta armada em Salvador*, quanto em seu artigo *Bandeira Vermelha: aspectos da resistência armada na Bahia*, o que faz com que não seja fortuita esta discussão historiográfica sobre a Ditadura militar na Bahia ter como objetivo destacar e discutir obras que tenham contribuído para a construção do conhecimento sobre esse período no estado.

Diante de todas as dificuldades pelas quais estamos passando em decorrência da pandemia causada pelo novo coronavírus, na qual o distanciamento social se tornou premissa fundamental de enfrentamento à doença, optamos pela realização de uma discussão historiográfica, na qual serão analisados os seguintes livros: os dois volumes da coletânea *Ditadura Militar na Bahia* publicados em 2009 e 2014, organizados por Grimaldo Carneiro Zachariadhes.

Os dois livros promovem conhecimento acerca do passado de autoritarismo e ao mesmo tempo de resistência que foi vivido no estado da Bahia durante o período da ditadura de 1964 a 1985, publicizando pesquisas acadêmicas que foram desenvolvidas no âmbito dos programas de pós-graduação em História existentes no estado da Bahia, por pesquisadores que tem formação majoritariamente em Universidades baianas, como UFBA e UNEB (APÊNDICE I), até mesmo porque a coletânea foi consequência de investigações originais desenvolvidas por pesquisadores que fazem parte do Núcleo de Estudos sobre o Regime Militar (NERM), sendo que, na obra, temos a exposição de múltiplos assuntos referentes ao regime militar no estado da Bahia.

Nesta perspectiva, a obra possui duas grandes incumbências: primeiro possibilitar aos baianos o conhecimento acerca de sua própria história e, segundo,, demonstrar toda a relevância que a Bahia teve no período da ditadura, demonstrando que o estado de exceção teve repercussões em diferentes regiões do Brasil e não somente no eixo Rio- São Paulo como realça a maior parte da historiografia.

Também não é difícil perceber, nos vários tópicos das obras, como os historiadores têm oferecido resultados de grande valor voltados para o público que se interessa em conhecer seu próprio passado. Dedicar-se ao conhecimento de seu próprio povo e da história que o enlaça é uma tarefa que exige e demonstra grandeza, pois revela que é importante conhecer o passado para que se possa estabelecer um presente consciente e um futuro sem erros já cometidos.

Grimaldo Carneiro Zachariadhes, organizador dos dois volumes da coletânea *Ditadura Militar na Bahia* é Doutor em História, Política e Bens Culturais pelo CPDOC-FGV (2018). Mestre, Licenciado e Bacharel em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Especialista em Educação pela Universidade Estadual da Bahia (UNEB), integrou a Comissão de Altos Estudos do Memórias Reveladas do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro durante o biênio 2012-2014, também é coordenador do

Núcleo de Estudos Sobre o Regime Militar (NERM) desde 2012 e membro da equipe editorial da revista *Perspectiva Histórica* desde 2011. Destaca-se que é membro do Conselho Editorial da Sagga editora, organizador e autor de 4 livros, coordenador do projeto "Resgate da História", o qual mapeou e coletou milhões de documentos sobre a Ditadura militar nos estados brasileiros e ainda é diretor e roteirista do documentário "Rio das Diretas".

Em relação à obra *Ditadura Militar na Bahia*, a mesma é uma coletânea dividida em 2 volumes: o volume 1 é *Ditadura Militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes*, publicado em 2009, e o volume 2 é *Ditadura Militar na Bahia: Histórias de autoritarismo, conciliação e resistência*, publicado em 2014 e surgiu como uma complementação ao primeiro volume.

I. VOLUME I: DITADURA MILITAR NA BAHIA: NOVOS OLHARES, NOVOS OBJETOS, NOVOS HORIZONTES

O primeiro capítulo do volume 1, escrito por Ediane Lopes Santana, que é Mestre em História Social do Brasil pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/UFBA (2009) e professora Assistente da Universidade do Estado da Bahia – UNEB - Campus XIV, é intitulado *Campanha de desestabilização de Jango: as “donas” saem às ruas!* O capítulo aborda o pedido de afastamento de Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961, apenas sete meses após o início de seu governo e, em seguida, a posse de João Goulart, o qual era seu que, como vice-presidente assumiu o governo conforme estabelecia a Constituição. No entanto, a chegada de João Goulart à presidência não foi bem aceita pelos setores mais conservadores da população, uma vez que ele era visto como comunista, o que fez surgir uma campanha de desestabilização do governo exatamente porque setores mais conservadores da sociedade acreditavam que o comunismo era contra a pátria, a religião e a família.

A partir do momento em que o processo de desestabilização do governo foi desencadeado, passou-se a se verificar cada vez mais engajamento de setores da sociedade civil, inclusive com o fenômeno de participação das mulheres, as quais tinham pouco espaço de participação política até então. Esta participação se deu principalmente por meio da Campanha da Mulher pela Democracia - CAMDE, grupo que teve a função de mobilizar a maior quantidade possível de mulheres que seguiam a ideologia de um grupo da Igreja Católica mais conservador, as chamadas "candocas" e que tornou possível a preparação das mulheres para as marchas e manifestações de rua contra o governo de Jango. Cabe aqui destacar que essa participação das mulheres na CAMDE é pesquisada por diferentes pesquisadores com foco sobretudo no Rio de Janeiro e São Paulo, porém novos estudos fora desse eixo observam que este movimento foi mais espalhado com repercussões em diferentes cidades, como foi o caso de Santo Antonio de Jesus - BA, por exemplo, como bem assinala a pesquisadora Cristiane Motta, ela mesma mais uma pesquisadora, formada mestre em História no Programa de Pós-graduação da UNEB, Campus V.

Dessa forma, as ações de desestabilização do governo João Goulart aconteciam em todo o país e, em Salvador, as primeiras manifestações começaram a

ganhar as ruas em 1963, com o apoio da Igreja Católica e do governador Lomanto Junior, que integrava a oposição a Jango. De modo geral, na Bahia, apesar da existência de várias organizações de mulheres de setores médios, as quais de modo geral tinham uma atuação pautada pela perspectiva da filantropia, o que se observou é que ao menos neste primeiro momento elas não tinham uma articulação institucionalizada com esse movimento nacional que antecedeu ao golpe civil-militar de 1964.

Na Bahia, Ediane Lopes mostra que o cenário mudou a partir de 1964, quando a deputada Ana Oliveira obteve sucesso na manifestação paulista e conclamou as baianas para se integrarem a esta mobilização nacional, o que de fato só ocorreu após o golpe, momento no qual as mulheres baianas de classe média se organizaram e trataram logo de manifestar seu apoio ao novo regime, mas o que se viu a seguir foi um engajamento dessas mulheres ligado em torno da manutenção da família tradicional e, aqui, destaca-se que o sentido e engajamento feminino nada teve a ver com a defesa de pautas do feminismo, como o direito ao estudo, ao trabalho, à participação política, ao uso de contraceptivos, mas sim com a defesa da pauta conservadora, na qual a mulher deve servir à família, tendo papel de subalternidade na relação familiar.

No capítulo 2, intitulado *Protestantes e o governo militar: convergências e divergências*, a autora Elizete da Silva, doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (1998) e Professora Plena da Universidade Estadual de Feira de Santana aborda as relações que foram estabelecidas pelas igrejas protestantes Denominação Batista e Igreja presbiteriana com o regime militar. A abordagem é a da existência da religião enquanto entendimento e forma de expressar a cultura. Nesta perspectiva, vale ressaltar que os protestantes batistas separavam a religião e a política, o que de modo geral mantinha-os sob a prática de submissão às autoridades.

A forma de atuação social dos Batistas enquanto grupo se alicerçava na ideia, ou, melhor dito, na crença, de que a autoridade vinha de Deus e por isso tinha que ser obedecida, exceto quando a atuação da autoridade “ferisse” a fé, sendo que tal posicionamento não era daquele momento, visto que era observado desde o Estado Novo. Os batistas também acreditavam que o comunismo era contra Deus e que negava a religião, logo se apoiavam no ateísmo como principal crítica ao comunismo e como o período era marcado pela Guerra Fria, isto também ajudou a legitimar o

golpe, pois os Batistas brasileiros tinham laços ideológicos com os irmãos da outra América, os Estados Unidos (EUA). O que os Batistas acreditavam é que a conquista do progresso pelos EUA foi possível porque eles se engajaram no processo democrático e ideológico.

Os ministros militares acreditavam ser um perigo para o país a posse de João Goulart. Assim, tão logo adveio a crise social e política de Goulart, os militares esqueceram a solidariedade jurada um ano antes e concretizaram o golpe, dando início ao regime militar. Não é demais lembrar que a oposição estabelecida no país ao comunismo foi amplamente utilizada como combustível pelos militares e teve papel fundamental nesse processo de legitimação do golpe. Sendo que o anticomunismo conseguiu a adesão dos batistas.

Alex de Souza Ivo, autor do capítulo 3 - *Uma “revolução” contra o comunismo: O golpe de 1964 e o sindicalismo petroleiro* - possui Doutorado em História pela Universidade Federal da Bahia (2019) e é Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. Neste capítulo o autor aborda a invasão do exército ao sindicato dos petroleiros, impondo aos operários duras repressões, demissões, sendo que muitos foram presos e a origem para a perseguição provavelmente era o fato do sindicato dos petroleiros ser organizado, possuir posição de destaque e seus dirigentes defenderem as reformas de base do governo de Goulart.

Assim, o líder sindicalista Mário Lima foi detido por ser acusado de ser um comunista, sendo o primeiro preso político. Pouco tempo depois outras pessoas como estudantes, jornalistas e até mesmo o prefeito de Feira de Santana foi preso na mesma cela. Os operários da refinaria de Mataripe eram acusados de atentar contra a ordem e a moral e de acordo com a camada mais conservadora eles usavam armas da própria estatal. Esse clima de tensão se espalhou até o recôncavo, obrigando os sindicalistas a pararem suas atividades.

Essa atmosfera toda serviu de pretexto para a destruição do patrimônio coletivo dos sindicatos, criação de tumultos e mobilizações de diversos segmentos da sociedade, processo que fez com que Goulart acreditasse na ruína de seu governo e se exilasse no Uruguai, até mesmo porque não houve forças das bases que eram contra o golpe (estudantes, trabalhadores e camponeses) no enfrentamento à manifestação e organização dos militares.

O capítulo 4, O golpe de 1964 e as dimensões da repressão em Vitória da Conquista, de autoria de José Alves Dias, Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2009) e Professor Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, demonstra que a repressão do Regime não ficou restrita aos grandes centros e também chegou ao interior, como em Vitória da Conquista. Nesta perspectiva, foram exatamente o posicionamento favorável de prefeitos do interior da Bahia às reformas de base do presidente João Goulart e a tentativa de aproximação de alguns deles com os movimentos populares que despertaram a atenção do alto comando do Exército responsável pelas ações repressivas no interior. Portanto, há duas dimensões na interiorização da repressão: a resultante da delação e outra motivada pelo conteúdo político e doutrinário das gestões administrativas municipais.

A partir do momento em que o prefeito de Vitória da Conquista passou a dar importância a temas sensíveis ao país e a reformas pregadas pelo governo de Goulart, como a reforma agrária, passou a ser alvo direto dos militares, pois estes viam no processo de politização da cidade uma ameaça real, daí a deposição do prefeito conquistense. Assim, a Câmara Municipal foi coagida a votar a cassação do mandato de José Pedral sob vigilância armada. Os vereadores, aliados do prefeito, foram afastados e os suplentes foram arbitrariamente convocados. No lugar do prefeito afastado, assumiu o presidente do Legislativo Orlando Leite. Além de cassado, o prefeito teve os direitos políticos suspensos por dez anos. Esse episódio analisado por José Dias nos mostra a interferência do regime não só sobre a escolha de governadores, mas também dos prefeitos de cidades consideradas como “perigosas”.

O Capítulo 5, denominado *Salvador em 1968: um breve repertório de lutas estudantis universitárias*, Antonio Mauricio Freitas Brito, Doutor em História pela Universidade Federal da Bahia (2008) e professor desta mesma Universidade aborda o movimento estudantil baiano e a sua relação com a ditadura.

As manifestações engendradas pelos estudantes ligados ao movimento estudantil (ME) fizeram com que eles passassem a ser alvo dos militares, assim como todos aqueles que se manifestassem contrários ao regime e isto levou os militares a desestruturarem as entidades representativas e destituir seus ativistas e um ponto chave foi a aprovação, no final de 1964, da Lei Suplicy, a qual tornava ilegal a União Nacional dos Estudantes (UNE) e entidades estaduais e visava quebrar a autonomia do ME, no entanto esta nova ofensiva, paradoxalmente, foi fundamental para a

reorganização da UNE e dos diretórios acadêmicos, uma vez que havia setores que eram anticomunistas, mas defendiam o direito à organização estudantil.

Desse modo, desde 1965 a UNE realizava seus Congressos e, em 1968, a esquerda já havia retomado a direção política da entidade. Para além da esfera organizativa, o autor Antônio Maurício destaca que os anos de 1966 e 1967 foram marcados por lutas estudantis contra a repressão, a política educacional do governo, as tentativas de pagamentos de anuidades, dentre outros. No caso baiano, estes mesmos anos também foram palco de protestos comuns envolvendo secundaristas e universitários, com destaque para as lutas pela liberdade de expressão e contra a repressão cultural no Colégio Central (1966) e contra a cobrança de mensalidades no ensino secundário em 1967 (BENEVIDES, 1999; BRITO, 2003; DIAS, 2001).

É razoável pensar que, em determinado momento, a repressão abafou a capacidade do ME de expressar uma resistência através dos moldes anteriores de luta aberta e de massas. A violência do segundo semestre do ano de 1968 e o endurecimento nacional do regime consolidado com o AI-5 de 13 de dezembro completaram o quadro de medo e cerceamento do direito à palavra. Os primeiros sinais do “milagre econômico” e a nacionalização da repressão política seriam faces da ditadura – ambas contribuindo para um freio nas manifestações de massa em oposição ao regime militar. Ainda assim, a vitória da repressão não significou o fim da resistência estudantil, mas sim a sua readequação às novas formas de sociabilidade em curso à época e com impacto na universidade, notadamente após a consolidação da Reforma Universitária; às novas formas de sensibilidade coletiva; à consolidação de uma indústria cultural.

Sílvia César Oliveira Benevides, doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (2009) e autor do capítulo 6, *Aventuras estudantis em tempos de opressão e fuzis*, apresenta, assim como Antonio Mauricio Freitas Brito, uma abordagem relacionada à atuação do movimento estudantil na década de 60, demarcando-o como um período caracterizado por uma gradual aproximação dos estudantes com ideologias e organizações políticas de esquerda, sobretudo após o Golpe Militar de 1964, quando as entidades estudantis secundaristas e universitárias passaram a ser dirigidas, quase totalmente, por estudantes vinculados, de alguma maneira, a tais organizações.

As bandeiras levantadas pelos estudantes variavam devido a maior ou menor influência das diferentes organizações políticas de esquerda infiltradas no Movimento Estudantil (ME) através de muitos dos seus integrantes. Esta influência se intensificou durante o período da intervenção militar, quando os grêmios e diretórios acadêmicos passaram a sofrer a interferência direta dos organismos governamentais através da direção das escolas e faculdades, culminando na perseguição e prisão de muitos dos dirigentes estudantis pela chamada “operação limpeza”. Na Bahia, a reorganização se dá a partir do movimento secundarista, que tinha no Colégio Central um importante ponto de referência da mobilização estudantil, sendo que a luta maior dos estudantes, na década de 60, era relativa às condições do ensino e própria preservação da qualidade da educação pública e gratuita.

No capítulo 7, *Bandeira vermelha: aspectos da resistência armada na Bahia*, Sandra Regina Barbosa da Silva Souza, doutora em História pela Universidade Federal da Bahia (2009) e professora da UNEB, Campus XIII, busca explicar como ocorreu a resistência da esquerda armada na Bahia. O objetivo da autora consistiu em apresentar, de maneira sucinta, alguns aspectos da formação das organizações políticas armadas urbanas que atuaram em Salvador, notadamente a Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), restrito aos limites temporais de 1969 a 1971.

Na Bahia, militantes de esquerda – conforme a caracterização de “esquerda” de Norberto Bobbio (1995) – e representantes das forças de repressão do regime militar protagonizaram episódios de confrontação. Ela aborda a importância de destacar este aspecto porque diferentemente do que ocorreu com estados como o Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, a Bahia não é mencionada, na bibliografia, como um local relevante na oposição ao regime ditatorial, sendo citada, em geral, em circunstâncias específicas, como, por exemplo, na abordagem da morte de Carlos Lamarca, ocorrida no interior do Estado.

A princípio, Salvador foi considerada “área de recuo”, no sentido de ser preservada de ações que atraíssem a atenção da ditadura militar, situação que prevaleceu até a expropriação realizada pelo PCBR ao Banco da Bahia, localizado no bairro da Liberdade, em 1970. Organizações como a VAR-Palmares e o MR-8 consideravam que Salvador deveria ser resguardada para a possibilidade de refugiar

militantes procurados pela repressão em outros estados brasileiros. Porém, acreditamos que na dinâmica da guerrilha, a circulação de quadros de uma área onde estivessem “queimados” para outra onde não eram conhecidos, foi uma ocorrência natural, não se constituindo num elemento essencial para a caracterização de uma “área de recuo”. Sob essa perspectiva, cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo poderiam ser consideradas também como “área de recuo” para alguns militantes “queimados” que saíram da Bahia por motivos de falta de segurança. Contudo, as ações armadas em Salvador foram, em comparação com o eixo Rio-São Paulo, significativamente menos intensas, porém não foram nulas.

A tônica da luta em Salvador teria sido de reação, de uma defesa dos direitos democráticos cerceados pelo poder ditatorial implantado, sobretudo após o Ato Institucional número 5. Os depoimentos unanimemente sugeriram que o Ato Institucional n. 5 (AI-5) foi a razão fundamental para a opção pela resistência armada, ou seja, o estreitamento dos canais legais de atuação oposicionista depois do golpe de 1964, sobretudo a partir de 13 de dezembro de 1968, teria criado condições para adesões às organizações armadas. A radicalização do regime militar com o AI-5, trouxe, para muitos jovens baianos, a confirmação de que vias pacíficas não bastariam para reconquistar a liberdade e acabar com o regime autoritário no Brasil.

Portanto, a autora acredita que devido à história da VAR-Palmares, do PCBR e do MR-8 em Salvador, esta cidade não pode ser considerada como “área de recuo” apenas. Não podemos negar que a resistência tenha ocorrido e a sua prática, assumido características diversas, ou seja, é possível inferir que Rio de Janeiro e São Paulo foram “cidades recuos” para alguns militantes que saíram da Bahia, numa dinâmica de troca de quadros por motivos de falta de segurança.

Notas sobre a história da Ação Popular na Bahia (1962-1973), título do capítulo 8 de autoria de Cristiane Soares de Santana, doutora em História pela Universidade Federal da Bahia (2017) aborda a atuação de jovens ligados à Igreja Católica e da Ação popular durante o período do regime militar. Assim, a autora traz que a Juventude Universitária Católica criada em 1930 fazia parte da Ação Católica Brasileira e sofreu uma mudança de postura a partir das exigências que o contexto social, econômico e político do país passou a apresentar, principalmente a partir do final dos anos 50, período em que os militantes da JUC começariam a perceber que

a cristianização dos indivíduos não era suficiente para a transformação da sociedade brasileira.

A Ação Popular nesse período ainda possuía uma noção imatura de como se organizar o processo revolucionário. A atuação da Ação Popular junto aos movimentos de sindicalização e educação camponesa concederia a AP certa experiência no trabalho de educação e organização das massas. Com o golpe de 1964, todas essas atividades desenvolvidas pela Ação Popular foram interrompidas pela nova ordem que se estabeleceria, desde os trabalhos de educação e conscientização de camponeses através do MEB, a fundação de sindicatos e o trabalho de educação em bairros populares, já que incentivavam o senso crítico das massas, assim como a organização e mobilização dos operários.

A autora afirma que nesse período as esquerdas estavam fragmentadas em diferentes correntes ideológicas, isoladas das grandes massas populares e sem nenhuma estratégia política para resistir a ação deflagrada. Com uma crescente retórica radical e pseudo revolucionária, no pré-64, as esquerdas mostraram-se inteiramente inertes e desorientadas frente a ação militar. Consumado o golpe, as perseguições políticas se iniciaram, sob a proteção dos Atos Institucionais que seriam outorgados pelo governo, se abatendo sobre os mais ligados a movimentações políticas do período do governo Goulart, tais como sindicalistas, estudantes ligados a organizações de esquerda, etc. Diante dessa nova realidade, muitos militantes deixaram a organização, outros passaram à condição de clandestinos e alguns saíram do país.

Depois de 1964, os estudantes mobilizaram-se intensamente na luta contra a ditadura protestando pelo aumento das vagas nas universidades, contra a repressão, na luta contra a Lei Suplicy que extinguiu a UNE e as Uniões Estaduais de Estudantes (UEEs) e, em seu lugar, criava o Diretório Nacional dos Estudantes (DNE) e Diretório Estadual dos Estudantes (DEE). É importante lembrar que entre 1966 e 1969, a AP teve uma inserção bastante expressiva no movimento estudantil. Afinal, a organização conseguiu eleger sucessivos presidentes da União Nacional dos Estudantes (UNE) em congressos ocorridos na clandestinidade.

A Ação Popular promoveu uma verdadeira empreitada de pesquisa e preparação dos militantes para colocar em prática a “integração na produção” junto aos camponeses e operários. A pesquisa realizada pela organização levava em conta

aspectos econômicos, sociais, políticos e geográficos. Dessa forma, a integração da militância da AP se deu tanto no campo quanto nas áreas urbanas por meio da ida dos seus militantes às fábricas vistas como prioritárias nas cidades de Salvador e Candeias. Os trabalhos de extensão realizados nos bairros proletários, como, por exemplo, em São Caetano, tiveram como saldo importante o recrutamento de novos militantes para a organização.

Vivendo, comendo e trabalhando como as massas operárias e camponesas, os integrados à produção fabril ou rural acreditavam que dessa forma conseguiriam se inserir na luta das massas para que fossem criadas raízes sólidas do partido através do recrutamento dos militantes de origem camponesa e operária para a Ação Popular visando a organização da guerra popular prolongada no Brasil. Com base nas memórias destes ex-integrados à produção pode-se conhecer um pouco sobre essa proposta tão distinta de luta contra a ditadura colocada em prática pelos militantes da Ação Popular que integraram à produção no campo ou na fábrica no Estado da Bahia.

No capítulo 9, intitulado *Dom Avelar Brandão Vilela e a ditadura militar*, o doutor em História, Política e Bens Culturais pela Fundação Getúlio Vargas (2018) e organizador da coletânea em tela, como já mencionamos, Grimaldo Carneiro Zachariadhes, aborda a atuação do Cardeal Dom Avelar Brandão Vilela no período de seu arcebispado na arquidiocese de Salvador durante a ditadura militar. Utilizando, principalmente, a documentação do seu arquivo pessoal, o autor procura demonstrar a atuação do prelado em um Regime de exceção que se pautou pela violação dos direitos humanos e pela restrição às liberdades individuais e demonstra, também, a tentativa do arcebispo de Salvador de procurar dialogar com os vários setores da sociedade, tentando ser um moderador dos conflitos sociais e políticos.

Grimaldo Carneiro destaca que D. Avelar Brandão Vilela é tido como um bispo moderado em suas posições políticas e sociais e que ele mesmo se atribuiu esse adjetivo em várias ocasiões, pois o prelado procurava conversar com todos: com os políticos de esquerda, de direita, setores católicos ligados à Teologia da Libertação e com setores mais tradicionais da Igreja Católica. Nem quando ele discordava da orientação, ele se fechava ao diálogo, tendo procurado manter contatos com os marxistas e até com os maçons, logo o arcebispo de Salvador se manteve sempre disposto ao diálogo com os militares. Mesmo no momento de maior repressão da ditadura, ele evitava fazer críticas abertas ao Regime.

Assim, durante a ditadura, D. Avelar manteve uma relação muito próxima com os militares e, em vários momentos, celebrou missas nas comemorações das Forças Armadas (essa atitude era evitada por vários bispos, para que não fosse visto como um apoio ao Regime). O arcebispo de Salvador evitava apoiar os documentos publicados pelo episcopado nacional que criticavam o Governo, e que com isso pudesse comprometê-lo com os militares. Parece indiscutível que D. Avelar pretendeu manter sempre o diálogo com os militares, porém não se pode deduzir que, por isso, ele apoiava a ditadura e ponto final, pois seria cair numa simplificação, conforme afirma o autor. Os setores da esquerda também viam em D. Avelar Brandão Vilela alguém a quem poderiam recorrer quando precisavam de ajuda durante a ditadura militar, pois sabendo da proximidade do arcebispo de Salvador com a alta hierarquia militar, em vários momentos durante a ditadura, os presos políticos e familiares procuraram D. Avelar Brandão para denunciarem os maus tratos, as prisões indevidas e as torturas que sofriam e pedindo ao Cardeal para interceder por eles. Segundo Emiliano José, ex-presos político, D. Avelar era “um solidário amigo dos presos políticos” (JOSÉ, 2006, p. 12).

O arcebispo, também, enviava correspondências para os comandantes militares querendo saber sobre o tratamento dado aos prisioneiros políticos. Em um telegrama seu para o comandante da 6ª Região Militar, ele queria saber sobre o tratamento dado aos presos políticos a pedido de “um grupo de esposas e mães”. O general Heitor Fontoura de Moraes respondeu ao Cardeal dizendo que o Exército não era o responsável pelos detentos nos presídios e informou a D. Avelar que não existia prisioneiros políticos na Bahia e, sim, “julgados e condenados, regularmente pela Justiça, por assassinio, terrorismo e subversão da ordem legal”. O Cardeal treplicou respondendo que iria procurar o setor responsável pelos presídios para saber mais informações sobre os presos, e ironicamente pediu desculpas por ser “um ignorante” e não saber diferenciar um preso político de um preso com a alcunha dada pelo General.

Consciente da sua posição de arcebispo, procurou transitar pelos diversos grupos políticos, deixando a porta aberta para todos. Debaixo do rótulo de “moderado”, escondia-se um arcebispo extremamente hábil politicamente, que fazia do diálogo sua maior arma.

No meio do caminho tinha uma Jornada, ou era ela o caminho? Jornadas de Cinema da Bahia (1972-1978), título do 10º capítulo de autoria de Izabel de Fátima Cruz Melo, Doutora em Meios e Processos Audiovisuais pela ECA/USP (2018) nos apresenta uma abordagem acerca do desenvolvimento e produção cinematográfica brasileira. Dessa forma, a autora relata que enquanto a década de 60 constituiu-se como momento de rupturas e transformações no cinema no Brasil, de modo geral, a década de 70 inaugura outro tempo de tentativa de continuidade, de garantir a existência da produção cinematográfica, a partir do acionamento de um capital simbólico, que tenta reconhecer pontos positivos, mas sem perder a perspectiva crítica.

Ante o exposto, faz-se necessário compreender que o surgimento das Jornadas de Cinema da Bahia foi parte desse esforço de criação e manutenção das atividades cinematográficas tanto no estado, quanto no Brasil, pois através delas, o cinema baiano gestou novas iniciativas de produção, especialmente através de uma nova geração que se iniciou na prática cinematográfica, a partir das suas atividades e onde o cinema brasileiro encontrou espaço para as discussões organizacionais e políticas, de modo menos exposto à ação da censura.

As atividades das Jornadas de Cinema da Bahia entre os anos de 1972 e 1978 consistiam basicamente na mostra competitiva em que eram exibidos os filmes selecionados para concorrer à premiação; debates que ocorriam após a exibição dos filmes; mostras paralelas, que poderiam ter diversos motes, geralmente homenageando algum realizador ou seguindo temáticas específicas; seminários e simpósios objetivando discutir a “problemática do curta metragem” em seus diversos matizes e acepções. A I Jornada Baiana de Curta-Metragem (13 a 16 de janeiro de 1972) surgiu em Salvador, num momento de estagnação da produção cinematográfica na Bahia e se propunha a “incentivar entre a juventude baiana a comunicação artística através da imagem cinematográfica e contribuir para que se abrisse melhores perspectivas para o curta-metragem na Bahia e no Brasil”.

A II Jornada Nordestina de Curta-Metragem (09 a 13 de setembro de 1973) se configurou enquanto um fórum privilegiado de discussão sobre o cinema brasileiro, especialmente porque já ocorreu após o AI-5. Grande parte das suas atividades eram realizadas no Instituto Goethe, também conhecido como Instituto Cultural Brasil-Alemanha (ICBA), que era equivocadamente considerado possuidor de imunidade

diplomática, era possível que os debates e exposições fossem realizados num clima de relativa liberdade, visto que ocasionalmente existiam censores “à paisana” assistindo as atividades. Entretanto, a entrada ostensiva da repressão só poderia ser efetuada com autorização da direção do instituto. Resultou dessa II Jornada a sugestão de criação de um mercado paralelo de articulação nacional, responsável pela exibição de filmes brasileiros produzidos na bitola de 16 mm, envolvendo os cineclubes e cinemas de arte.

A III Jornada Brasileira de Curta-Metragem (09 a 14 de setembro de 1974) em termos organizacionais trouxe poucas transformações. Houve a mudança de nordestina para brasileira, atualizando o nome do evento com a realidade vivenciada, pois desde a jornada anterior, a abrangência do evento era nacional. Nesse sentido, a finalidade foi ampliada em três tópicos, através da temática “o homem no seu meio ambiente”, sendo que todos os filmes inscritos puderam participar do concurso, desde que recebessem a aprovação da censura.

Devemos também pontuar o crescimento no interior da Jornada, do discurso que punha o cinema como um intérprete privilegiado da “realidade brasileira” e por isso, um produto cultural que mereceria mais atenção e respeito por parte dos órgãos governamentais e mais organização por parte dos cineastas – o que enfatiza a importância da ABD enquanto elemento de pressão. As polêmicas que envolveu alguns dos filmes, como o filme Comunidade do Maciel - há uma gota de sangue em cada poema, documentário em 16 mm, de Tuna Espinheira fez que que estudiosos da área coadunasse com a ideia de Inimá Simões (1999) de que cinema de curta-metragem fazia um serviço de contra-informação. Para ele, o tamanho compacto dos equipamentos e a relativa facilidade de trânsito desses filmes, através de festivais, cineclubes, associações de bairro e classe, faziam circular imagens e, sobretudo abordagens que desagradavam ao estado autoritário.

Na IV Jornada Brasileira de Curta-Metragem (1º fase: 02 a 06 de setembro e 2º fase: 08 a 14 de setembro de 1975) a organização do evento modificou o regulamento e propôs um evento em que a produção cinematográfica fosse incentivada sem diferenciação entre as bitolas, assumindo um direcionamento para o incentivo à produção de documentário e para a discussão relativa à descentralização da produção, o que visibilizou mais a necessidade já colocada nas outras jornadas,

da parceria entre os cineastas, Embrafilme, e governos estaduais e municipais, gerando propostas diversas de ativação da produção, sob o viés da descentralização.

Esta foi a edição que mais sentiu a intromissão dos censores. Dos 72 filmes inscritos, quatro tiveram sua exibição proibida e dois só seriam liberados mediante aos cortes indicados pelos censores. A discussão relativa à censura mobilizou os cineastas que lançaram um documento repudiando a ação. Neste, a ação da censura é compreendida como uma tentativa de controle que tem como consequência direta o enfraquecimento do cinema nacional, por não permitir o seu desenvolvimento temático pleno.

A VI Jornada Brasileira de Curta-Metragem (8 a 15 de setembro de 1977) procurou atender as reivindicações e sugestões colocadas pelos participantes no Fórum Administrativo da Jornada anterior, que consistiu em suprimir a premiação oficial, a seleção prévia dos filmes e abrir a possibilidade de inscrever mais de um filme, indicando qual faria parte da mostra competitiva. Alguns dos filmes analisados por ele, como *Os queixadas*, *Acidente de Trabalho* e *Migrantes* foram premiados nas Jornadas e isto nos ajuda a apreender a complexidade do debate a respeito da qualidade e criatividade das produções, pois estes são filmes de realizadores considerados profissionais, e que têm o sopro criativo.

Esta Jornada guardou um momento importante na trajetória do cinema brasileiro, no tocante aos debates relativos à “Lei do Curta”, implementada a partir da Resolução nº 18 do Concine, que tornou obrigatória a exibição de curtas-metragens brasileiros antes de cada filme estrangeiro. É também nessa Jornada que começa a ser rodado o *Jornal da Jornada*, jornal que se reivindicava independente da direção da Jornada e que trazia diversos textos, entrevistas e opiniões a respeito dos acontecimentos da Jornada e do cinema brasileiro. Apresentava debates polêmicos, como a inserção feminina no mercado de trabalho cinematográfico, a existência e necessidade do mercado paralelo e, sobretudo, a dependência do cinema brasileiro às subvenções do governo.

A VII Jornada Brasileira de Curta-Metragem (8 a 15 de setembro de 1978), começou sob o signo da polêmica, oriunda da retirada do apoio da UFBA para a realização da Jornada. O então reitor, Augusto Mascarenhas, alegou motivos financeiros para o afastamento da universidade do evento. Entretanto, o argumento não foi considerado suficientemente convincente, e a interrupção do apoio ocasionou

uma repercussão nacional, articulada pelos cineastas participantes e organizadores do “acontecimento cinematográfico de setembro”. (SETARO, 1978b).

Segundo a organização, as modificações ensejaram a diminuição do caráter competitivo da Jornada, para que os realizadores participantes não perdessem de vista a finalidade de: promover e estimular a produção independente do filme curto nacional, sem distinção de bitola, incentivar a discussão sobre os temas e tendências do cinema brasileiro de curta-metragem, fortalecer e ampliar as conquistas das Resoluções nº 18 e 19 do CONCINE.

No capítulo 11, A resposta da Bahia à repressão militar: a ação partidária da Ala Jovem do MDB e a militância civil do Trabalho Conjunto da cidade de Salvador de autoria de Maria Victoria Espiñeira, doutora em Filosofia e Ciência da Educação pela Universidade de Santiago de Compostela, Espanha (2000), aborda a atuação do Estado sob o que a autora entende como regime Burocrático Autoritário, conforme conceito formulado por Guillermo O'Donnell., que conjugou autoritarismo e tecnoburocracia baseada no crescimento econômico acelerado e excludente. Dentre as abordagens utilizadas pelo regime, destacava-se o uso da tortura, acompanhada dos atos institucionais que comprometeram o Estado de Direito, sendo intensificada no fim dos anos 60 e início dos 70, no período denominado, no Brasil, de Anos de Chumbo.

A autora mostra que a intensificação das perseguições, nos meados da década de 70, levaram atores políticos a investirem em duas linhas marcantes de atuação contra a ditadura. Uma ocorreu através da ação partidária, num quadro de bipartidarismo, quando, especialmente jovens de várias cidades brasileiras, em especial, os do Partido Comunista Brasileiro (PCB) formaram a chamada Ala Jovem do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que era considerado o partido político de oposição. A outra linha de militância teve como participantes vários grupos constituídos por associações profissionais, artistas, políticos, estudantes egressos das guerrilhas e também de vários partidos da esquerda, Igreja, representantes de bairros da periferia que formaram o “Trabalho Conjunto da Cidade do Salvador”, cuja bandeira principal era: “liberdades democráticas e melhores condições de vida”.

Uma parte da esquerda de base universitária vinha assumindo nacionalmente uma posição que a levou aos variados caminhos de luta armada. Tanto grupos que optaram pela guerrilha urbana, como grupos que optaram por aquelas teorias

golpistas, de buscar organização de luta revolucionária no campo se distanciavam da luta política legal. Em outras palavras, fazer política no meio estudantil, no Brasil, até então, significava estar engajado em processos mais pesados.

Após as eleições de 1970, o quadro político na Bahia ficou ainda mais restrito devido à derrota eleitoral do MDB e à perda do mandato do senador Josaphat Marinho. Até então havia equilíbrio de forças, mesmo que setores mais à esquerda houvessem sido golpeados por cassações de mandatos. A passagem do controle do partido para as mãos dos adesistas veio reduzir ainda mais a possibilidade de expressão política da esquerda. A estratégia do PCB era a de criar espaços institucionais de luta parlamentar legal e aumentar sua base através deste movimento jovem, que no caso baiano também constituiu numa oposição dentro do MDB, ao grupo adesista que controla a máquina partidária.

A informalidade foi uma marca nos três primeiros anos de existência da Ala Jovem. Conforme seus fundadores, não havia associação formal. Havia uma carta de princípios a qual as pessoas aderiam e passavam a participar. No que concerne à luta interna no MDB, suas ações se faziam em duas frentes, tanto organizando chapas internas para disputar convenções contra os adesistas, como utilizando as campanhas eleitorais, tendo esta última se revelado o meio mais eficaz para isolar o grupo adversário.

O resultado das eleições de 1974 no Brasil refletiu o processo de acumulação de forças e reforçou a posição dos que defendiam o caminho da luta legal, sendo que em 74 os grupos que defendiam a luta armada estavam praticamente dizimados no país, fazendo a alternativa institucional ganhar força. Há apenas uma semana da realização das eleições para a renovação do Diretório, os órgãos de segurança, conforme noticiou o *Jornal Opinião*, efetuaram a prisão de 60 pessoas em Salvador, várias delas vinculadas à Ala Jovem, inclusive o presidente da chapa oposicionista concorrente ao Diretório, vereador Sergio Santana. Na verdade, apenas uma parte dos presos tinha a ver com a Ala Jovem, pois a operação policial e paramilitar estava voltada para desmantelar toda a organização do PCB e não apenas seu esquema de atuação no MDB, como de fato ocorreu, com a prisão de todo o Comitê Estadual e do Municipal de Salvador.

Aspecto a destacar é que a Ala Jovem articulava-se muito estreitamente com o núcleo baiano do Movimento Feminino pela Anistia – os dois movimentos tinham em

comum, além da defesa da bandeira da anistia, o fato de serem fortemente influenciados pelo PCB – o que levava suas lideranças a participar de reuniões em diversas cidades do interior da Bahia, como Jequié, Conquista, Juazeiro, Barreiras, Itaberaba, Xique-Xique, Rui Barbosa, onde eram realizados eventos e mobilizações conjuntas da campanha pró-constituinte e da campanha pró-anistia.

Do ponto de vista histórico, a Ala Jovem do MDB e o Trabalho Conjunto são movimentos convergentes no sentido do avanço da luta oposicionista, embora tivessem ora uma relação de aliados, ora de adversários. Emiliano José, à época desta publicação Deputado Estadual pelo PT, acreditava que a relação entre Trabalho Conjunto e a Ala Jovem era muito tênue, não contemplando ações comuns e com a presença de uma certa animosidade devido ao fato do TC ser hegemônico pelo PC do B, para quem o PCB, hegemônico na Ala Jovem, “era a pior coisa do mundo”.

A Ala Jovem acabou sendo extinta para, supostamente, ser recriada dentro de um novo partido, mas como essa definição partidária não veio logo, ela acaba nesse momento. Na verdade, a Ala Jovem foi uma vítima indireta, uma vítima secundária do golpe institucional da extinção do MDB e da Arena. A juventude que poderia dar continuidade ao projeto da Ala Jovem estava envolvida com outros projetos, como a criação do PT. Os projetos políticos de esquerda vão se tornando mais nítidos, começa a se desenhar a possibilidade de legalização de certas legendas e conseqüentemente cada segmento vai tentando fortalecer a sua perspectiva própria.

Associado ao movimento partidário, a autora Maria Vitória mostra que existiu também o movimento de base, o qual resultou numa crescente autonomia e engajamento dos religiosos na militância sócio-política, posição proclamada durante a Conferência do Conselho Episcopal Latino-americano (CELAM), em 1968, em Medelin, na clássica “opção pelos pobres”, legitimada em 1979 no Documento de Puebla. No que se refere à sua composição e alianças, a Ala Jovem ficou entre a ação partidária e a militância civil, o que pode ter facilitado uma certa atuação independente dos seus dirigentes, podendo até ter chegado a ocorrer práticas personalistas.

O bispo de Juazeiro e a ditadura militar, título do Capítulo 12 de autoria de Margarete Pereira da Silva, Mestre em História pela Universidade Federal da Bahia (2002) assinala, assim como Maria Victoria Espiñeira no capítulo 11, que o envolvimento de setores da Igreja Católica, na América Latina, e especialmente no Brasil, em questões sociais, esteve vinculado à opção preferencial pelos pobres

adotada pela Conferência Episcopal de Medellín (1968) e reafirmada na Conferência Episcopal de Puebla (1979). A expressão prática desta nova Teologia, denominada Teologia da Libertação, seria a Igreja Popular, guiada por uma maior aproximação com o laicato, reconhecendo e valorizando os elementos da cultura popular, herança do MEB – Movimento de Educação de Base, que colocaria nas mãos dos indivíduos a responsabilidade na realização das transformações históricas. A Igreja Popular significaria, então, a Igreja da libertação em oposição à Igreja tradicional.

A autora destaca que no município de Juazeiro (BA) registra-se uma experiência de participação da Igreja junto à população local que evidenciou a opção preferencial pelos pobres e a opção por uma Igreja libertadora. Tratou-se da instalação da barragem e usina hidrelétrica de Sobradinho, empreendimento da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), que ao deslocar setenta e duas mil pessoas, para a implantação do projeto, gerou um grave problema social ao desarticular relações de parentesco e vizinhança, cultura e, sobretudo, as atividades produtivas da população rural. Nesse contexto, tornou-se emergente a discussão acerca da questão agrária, embora o clero, em sua maioria, fosse conservador.

Atemorizada com a ameaça comunista e com as manifestações que tiveram lugar nos últimos meses do governo Jango, a Igreja apoiou o golpe entendendo que era uma forma de reconduzir o país ao caminho da normalidade e da segurança e que a aliança com o Estado garantiria a missão. Já no final da década de 60, a Igreja discretamente divergia do regime militar e, em agosto de 1971, no Primeiro Congresso Católico Interamericano para o Desenvolvimento Integral do Homem, D. Hélder Câmara declarava que o apoio dado inicialmente ao Golpe favoreceu correntes políticas-ideológicas opressoras. A Igreja opunha-se fundamentalmente à forma da penetração do capitalismo no campo, que na sua ação devastadora, matava e expulsava homens de suas terras, e falava abertamente em redistribuição da riqueza – a terra. A combinação entre política agrária voltada para os interesses empresariais e repressão por parte dos militares levou a oposição de setores da Igreja ao Estado.

A autora mostra que, entre 1974-1978, a Igreja viveu relações tensas com o Estado – assassinatos dos padres Rodolfo Lunkebein (Mato Grosso – MT); João Bosco Penido Burnier (Ribeirão Bonito – MT); sequestro de D. Adriano Hypólito (Nova Iguaçu – RJ); conflitos sociais envolvendo populações rurais no sul do Pará e região do Araguaia-Tocantins; conflitos na Bahia, na região de Sobradinho, decorrente da

instalação da barragem e usina hidrelétrica de Sobradinho. Segundo o Governo, a Igreja Popular desafiava o poder e a ordem ao se pronunciar favorável às ações da esquerda subversiva. Organismos como a Ação Católica Brasileira (ACB) e a Juventude Universitária Católica (JUC) tiveram na atuação de seus integrantes junto aos movimentos populares, principalmente, o movimento estudantil, uma nova avaliação da integração dos católicos na vida política do país.

Para os teólogos da libertação não há libertação espiritual se não houver libertação histórica e a construção de uma vida melhor tem início na Terra sendo que a libertação só poderá ser realizada pelo homem, isto é, aquele que pode intervir na sua história. A Igreja Popular pode ser entendida como expressão prática da Teologia da Libertação. Nesta perspectiva é que ganha relevância histórica a relação entre a Igreja de Juazeiro e a Barragem de Sobradinho. É neste íterim que a Diocese de Juazeiro assumiu o papel de interlocutora dos desalojados daquela que seria, por muito tempo, considerada a obra de orgulho da engenharia nacional. Nesses anos conturbados de ditadura militar, a relação Igreja e Estado seria, uma vez mais, abalada pela interposição da instituição religiosa junto às camadas populares contra uma empresa de caráter estatal.

No desenvolvimento de suas atividades, os agentes pastorais experimentaram as dificuldades de atuar numa região dominada pelo mandonismo local, pelo caráter assistencialista dos sindicatos rurais, pela negação da elite local à atuação da Igreja voltada para as questões sociais, pelos conflitos internos da própria pastoral e pelo número insuficiente de pessoas para a continuidade de um trabalho pastoral vinculado à prática da Igreja Popular. Por não atender mais a interesses exclusivos, a Igreja sofreu acusações de subversão da ordem ao abandonar a sua missão evangelizadora e mantenedora da paz social. A Diocese de Juazeiro, através de seus agentes pastorais, num trabalho de educação política, evidenciou a importância da organização e das ações coletivas como instrumentos de participação política na conquista de seus direitos.

Por fim, o Capítulo 13 deste volume 1, denominado O II Congresso da Anistia: momento de resistência e definições, de autoria de Joviniano S. de Carvalho Neto, Doutor em Comunicação e Cultura Contemporânea, nos apresenta que o ano de publicação desta obra, 2009, coincida com a comemoração dos 30 anos de dois eventos: o da concessão da anistia, em 28 de agosto de 1979, dentro de uma

transição programada, iniciada pelo Regime Militar, e o II Congresso Nacional de Anistia, realizado em Salvador, entre os dias 15 e 18 de novembro de 1979 pelos movimentos da Anistia e setores democráticos e/ou esquerdistas da oposição que denunciaram o caráter restrito da lei de anistia, proclamando a sua disposição de continuar a luta pela “Anistia ampla e geral e irrestrita”, pelo fim da Ditadura Militar e pela ascensão das forças populares que procuravam representar. O objetivo do autor neste trabalho foi a reconstituição do II Congresso Nacional da Anistia, momento no qual reativa-se a percepção do quanto a anistia foi incompleta e colocou em pauta questões ainda por resolver, que continuaram sendo objeto de luta de setores da sociedade civil aglutinados em torno da bandeira da anistia.

II. VOLUME 2: DITADURA MILITAR NA BAHIA: HISTÓRIAS DE AUTORITARISMO, CONCILIAÇÃO E RESISTÊNCIA

Cinco anos depois do primeiro volume, o volume 2, Ditadura militar na Bahia: Histórias de autoritarismo, conciliação e resistência foi publicado em 2014, dando continuidade à divulgação dos estudos sobre a ditadura no estado da Bahia, trabalhando novas questões e contribuindo para reduzir lacunas historiográficas sobre os impactos do regime autoritário no estado. Ressaltamos, ainda, que esta coletânea ganha uma relevância ainda maior na medida em que foi publicada em 2014, ano em que o golpe completava 50 anos, efeméride que suscitou a realização de inúmeros congressos e publicações de estudos sobre 1964 e a ditadura e, ainda, porque possui o caráter de dar voz a trabalhos produzidos nas universidades baianas que têm como recorte espacial o estado da Bahia durante o período da Ditadura Militar, o que mais uma vez ajuda a desconcentrar os estudos sobre a ditadura do tradicional eixo Rio de Janeiro – São Paulo.

Nesta perspectiva, o volume 2 nos apresenta em seu capítulo 1 – A imprensa baiana e a queda do regime constitucional de João Goulart (1963-1964), de autoria de Simião Alves Tannous, Mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), a forma como os meios de comunicação foram usados pelas lideranças civis, políticas, partidárias ou sindicais como instrumentos para levar ao público suas ideias e programas por volta da década de 1960, revelando o apogeu do jornalismo político que acompanhava reivindicações e contestações políticas-ideológicas. Assim, o autor, citando Alzira Alves de Abreu, destaca que a imprensa até os anos de 1960, apesar de ainda ser uma indústria de comunicação de massa incipiente, podia ser considerada partidária, pois embora os jornais não fossem sustentados por qualquer facção política, refletiam os interesses ideológicos dos partidos. (ABREU, 2006).

De acordo com Simião Tannous, contudo, ocorreu uma mudança de posicionamento da mídia desde o retorno do presidencialismo em 1963 até a queda do governo de João Goulart em 1964, pois os jornais passaram a possibilitar a análise do universo das relações pessoais e políticas das mais diversas regiões, além de acompanharem a tomada de posição no contexto macro e micro da região estudada. A compreensão do discurso da imprensa escrita da Bahia feita pelo autor toma como fontes os jornais *A Tarde* e o *Jornal da Bahia*, sendo que o primeiro possuía discurso

anticomunista, enquanto o *Jornal da Bahia* demonstrava-se favorável ao governo de Goulart (BRITO, 2008 *apud* TANNOUS, 2009).

Nesta perspectiva, a imprensa baiana demarca seu lugar na consolidação do golpe de 1964 na medida em que se mantinha atenta aos movimentos que o sucederam, contribuindo para formar a opinião pública a respeito da conjuntura política. Por exemplo, o *A Tarde* de 12 de setembro de 1963, trouxe em sua primeira página a manchete “Debelado levante dos sargentos em Brasília”, descrevendo o movimento iniciado pelos suboficiais na capital federal, dando como motivo a impossibilidade de elegibilidade dos sargentos. Entretanto, o periódico destaca o comunicado oficial assinado pelos três ministros militares e pelo Ministro da Justiça à época, Abelardo de Araújo Jurema, que caracteriza o movimento como de “caráter subversivo”.

A desconfiança sobre João Goulart nos noticiários do *A Tarde* levou a um aumento crescente das críticas ao presidente no periódico, enquanto o *Jornal da Bahia* continuava a compreender que o avanço das reivindicações dos diversos setores sociais era uma conquista dentro do regime democrático, mas também analisava que os conservadores entendiam estas conquistas como um perigo para a nação, utilizando-se deste argumento para atacar Goulart, inclusive se utilizaram disso para construção de um discurso anticomunista.

Contudo, o *Jornal da Bahia* continuava a depositar esperanças na administração do presidente João Goulart, conforme demonstra a manchete de título “Goulart promete ao país: 1964 vai ser o ano das reformas”. O texto da reportagem tratava da necessidade de se realizar as reformas, indicando que a manutenção das estruturas existentes significaria a anulação do trabalho nacional. Simão Tannous mostra que este tipo de posicionamento levou à invasão do *Jornal da Bahia* por 12 oficiais que pretendiam impedir sua circulação na edição do dia 1º de abril de 1964. João Falcão, fundador do *Jornal da Bahia*, relatou seus esforços para fazer o periódico circular, pois tinha receio de que o impedimento da circulação naquele dia barrasse definitivamente a publicação do jornal, retirou a defesa de Jango e publicou o periódico que saiu em 1º de abril as páginas censuradas em branco. Esta seria a primeira censura na Bahia após o golpe.

No Capítulo 2 - O golpe de 1964 e suas reverberações em Santo Antônio de Jesus, de autoria de Cristiane Lopes da Mota, mestra em História pelo Programa de

Pós-graduação em História Regional e Local da UNEB - Campus V (2013), o objetivo foi compreender o golpe militar de 1964 a partir da perspectiva da sociedade santoantoniense a fim de mostrar suas singularidades, os posicionamentos dos políticos e da sociedade civil diante do golpe e as estratégias de apoio à ditadura civil-militar, a exemplo da Marcha da Família com Deus pela Democracia e as homenagens ao comando revolucionário.

Investigar esse acontecimento histórico, a partir de um município do interior da Bahia, é também buscar compreender o golpe e suas repercussões em pequenas cidades brasileiras. No que se refere à política local, o apoio local e do governador da Bahia elucidam também a permanência de Zeca Lobo como prefeito da cidade após o golpe de 1964, o que não ocorreu em outros municípios baianos como Vitória da Conquista, Ipiaú, Feira de Santana e Salvador. Esses municípios se somam a tantos outros municípios que viveram a experiência da perseguição, da cassação e do dano aos direitos políticos nesse período (DIAS apud MOTA) Eram chefiados por partidários de João Goulart e poderiam se tornar possíveis focos de resistência.

O apoio do Executivo e Legislativo de Santo Antônio de Jesus ao golpe pode ser pensado a partir de construções históricas permeadas por interesses que balizaram os conflitos e alianças entre partidos diante de anseios pretendidos em uma rede de entrelaçamentos sociais na construção do Estado nacional. As palavras “patriotas”, “paz”, “ordem” e “prosperidade”, observadas nas atas, fizeram parte dos discursos cotidianos dos vereadores da cidade. As propostas e propagandas políticas exaltavam o nacionalismo ufanista, pregando a ordem e a paz. Essa política que tinha como finalidade a consolidação econômica do país, à custa do cerceamento dos direitos e do exercício da cidadania, refletia-se na administração da cidade.

À semelhança de muitos apoiadores, a maioria dos vereadores recebeu a notícia do golpe como se fosse a solução para os problemas brasileiros ou quis fazer crer que assim pensavam. Após oito dias, alguns afirmaram o desejo de ordem, paz e prosperidade, procurando identificar sua ideologia de “remédio” para os “males” do país dentro de uma estratégia de fortalecimento da economia, mesmo que esse progresso econômico resultasse em um fechamento político e na depreciação da liberdade de expressão.

José Reis em entrevista a Cristiane da Mota falou com empolgação sobre o início da ditadura no país, e sua participação efetiva de apoio aos golpistas evidencia

posição coerente como político aliado dos militares. Porém, quando menciona que a “revolução prevaricou”, sua fala expressa um tom de decepção. A primeira intervenção concreta dos militares em Santo Antônio de Jesus deu-se com a presença de membros do Exército nacional, em uma sessão especial, visando redirecionar os trabalhos do Legislativo e do Executivo da cidade, no intuito de enquadrar suas ações ao projeto proposto pelos militares. Isso ajuda a pensar no alcance do golpe de 1964 para além dos grandes centros urbanos, geralmente consagrados pela historiografia que o período estuda.

O Poder Legislativo e Executivo de Santo Antônio de Jesus, na maioria das vezes, registrou seu envolvimento e sua satisfação com a política nacional, agradecendo às Forças Armadas pelo apoio dado ao Legislativo e as autoridades do município, contudo, os votos de apoio ao regime por parte dos vereadores da cidade podem ser entendidos como garantia de mecanismos eleitorais que conferissem através do bipartidarismo a legitimidade política, conforme demonstram os documentos produzidos pela Câmara de Vereadores da cidade, analisados pela autora .

Por outro lado, conforme demonstra Cristiane, os posicionamentos em torno do golpe não foram iguais. Para tanto, a autora destaca a figura da Irmã Benedita, que diferentemente de testemunhos anteriores, afirmou que o golpe foi um momento de choque, muita tensão, muitas conversas com o povo, com boatos de que iam “mandar as freiras e padres embora e iam fechar a Igreja Católica”. Disse ainda que foi um momento de conflitos, insegurança, medo e que as internas ficaram apavoradas. Contudo, no meio religioso, sobretudo no Colégio Santo Antônio, o mais importante da cidade, as propostas da ditadura receberam o apoio fervoroso da madre Maria do Rosário, a qual incentivava muitas pessoas, principalmente os alunos, a serem patriotas e contribuírem com os militares. Os pais eram instados a dar seu apoio e seu exemplo para seus filhos, em especial, participando do movimento Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que pregava a ordem e a paz, a qual segundo ela começava no seio familiar.

Assim, percebe-se que a recepção ao golpe e aos seus idealizadores foi calorosa por parte do corpo político da cidade, o que fez surgir uma espécie de programa de sustentação do regime, como a Marcha da Família com Deus pela Democracia, que ocorreu em 30 de abril de 1964 na cidade, as mudanças dos nomes

de algumas ruas para homenagear tanto o dia do golpe quanto os militares que comandaram o país no transcorrer da ditadura. Desse modo, a Rua Forte de São José passou a se chamar Avenida Juracy Magalhães, outra rua foi denominada de Presidente Médici e a transversal da rua São Bento no São Benedito mudou para Presidente Costa e Silva. Houve também a criação do brasão de armas do município. Estas Medidas contribuíram para uma maior adesão e legitimidade do governo do regime autoritário em âmbito nacional, estadual e local.

Ede Assis Soares, Doutor em História Social do Brasil pela Universidade Federal da Bahia (2021) e Moisés Leal Morais, Mestre em História Regional e Local pela Universidade do Estado da Bahia, Campus V, Santo Antônio de Jesus (2011) são os autores do Capítulo 3 – O golpe civil-militar de 1964 em Alagoinhas: adesão à ordem ditatorial e repressão política, no qual buscam compreender como o golpe de 1964 incidiu em Alagoinhas e identificar quais foram as forças que se contrapuseram ou buscaram legitimá-lo.

Eles afirmam que para compreendermos a dinâmica do golpe de 1964 em Alagoinhas é necessário voltarmos os olhos para questões como os resultados das eleições que antecederam o Golpe e expressaram o enfraquecimento eleitoral de grupos políticos conservadores na cidade, como a UDN. Com a renúncia de Jânio Quadros, se assistiu em Alagoinhas uma mostra da repressão política que seria desencadeada com o golpe de 1964, pois uma perseguição policial foi deflagrada contra aqueles que defendiam a posse de João Goulart, motivada por uma espécie de acerto de contas entre grupos políticos rivais na cidade.

Conforme destacam os autores, com base em documentos da Câmara de Vereadores de Alagoinhas, Romualdo Campos (PSD) também atestava o silêncio do legislativo municipal durante a crise política, ao passo que testemunhava sobre o quadro de repressão que se abateu na cidade, alegando que “elementos civis tomaram a si o papel de investigadores, denunciando com intrigas nomes de pessoas desta cidade à Secretaria de Segurança, incluindo o nome dele, que embora defensor da legalidade, procurou se manter em atitude de serenidade, respeitando as autoridades”.

Romualdo Campos, por sua trajetória de defesa dos trabalhadores e apoio às reformas de base apresentadas pelo governo João Goulart, tornou-se alvo do Regime, o que culminou com a sua detenção a fim de prestar esclarecimentos, pois estas

pautas foram as que tinham ampliando o seu grau de participação política. De certo modo, a vulnerabilidade às delações e ao acerto de contas recaía, principalmente, sobre aqueles que depositaram alguma solidariedade ao programa de reformas sociais que o governo Goulart passou a encapar, ou construíram vínculos com grupos subalternos que ganharam projeção na cidade com a ampliação da participação política pós-Estado Novo.

Os autores mostram que, em maio de 1964, uma junta militar foi deslocada para Alagoinhas com o objetivo de investigar a existência de núcleos “subversivos”, recaindo suspeição, inclusive, sobre instituições políticas do município. Essa junta militar também levou a cabo uma série de detenções e interrogatórios de trabalhadores, estudantes e autoridades entre estes, principalmente os que demonstravam vinculações com segmentos subalternos da sociedade local ou com as correntes políticas que apoiavam o governo deposto. Vários trabalhadores e estudantes tinham sido presos, em Alagoinhas, logo após o golpe deflagrado em 31 de março de 1964, por participantes de um evento público em apoio a João Goulart (SANTANA, 2002).

Representantes políticos que demonstraram adesão à nova ordem política, como Murilo Cavalcanti e Jairo Azi, tiveram seus cargos preservados e construíram carreira política nas décadas posteriores por agremiações partidárias, como a Aliança Renovadora Nacional (Arena), Partido Democrático Social (PSD) e Partido da Frente Liberal (PFL), que reuniam quadros que deram sustentação à ditadura militar. Algumas cassações de mandatos foram celeremente aprovadas pela Câmara de Vereadores de Alagoinhas, com intenção de alijar aqueles que poderiam ter vínculos com o movimento comunista, a partir da mínima suspeição. Portanto, ao se analisar os efeitos do golpe em Alagoinhas, nota-se que Alagoinhas em 1964 não vivenciava uma manifesta radicalização do grupo à esquerda e tudo indica que o Ato Institucional ofereceu aos grupos ligados à elite econômica e política a oportunidade de frear o avanço das forças políticas ligadas à classe operária, que, em geral, estavam alinhadas na defesa das reformas e ampliação da democracia no Brasil.

O Capítulo 4 – O CPC DA UNE na Bahia - de Vânia Medeiros Moreira, Mestra e Pesquisadora doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (2017) traz à tona uma discussão acerca do Centro Popular de Cultura (CPC). Assim, afirma que a primeira célula do CPC surgiu no Rio de Janeiro a partir da viagem

de um dos principais criadores do Teatro de Arena de São Paulo. As classes populares às quais em tese as peças eram destinadas, não estavam acostumadas àquela linguagem, nem a se deslocar de suas casas e seus trabalhos para ver apresentações encenadas em um teatro. O que o grupo conseguiu, de fato foi, então, atrair uma plateia mais jovem, universitária, o que levou Oduvaldo Vianna Filho, o Vianninha, um dos dissidentes mais expressivos do grupo, a propor mudanças no modelo de administração, passando a ligar-se a entidades estudantis, partidos políticos, instituições científicas e sindicatos.

O CPC precisava de uma estrutura para se apoiar e conseguir ampliar seu trabalho de teatro. O fato de estar ligado a uma instituição do porte da UNE lhe dava maior visibilidade. Com a adoção da política de descentralização da UNE para além das fronteiras do Rio de Janeiro foi possível a criação, em 1961, da UNE Volante, projeto que levava debates sobre reforma universitária para cidades em vários estados do país.

Com a renúncia de Jânio, armou-se um golpe dos setores conservadores para impedir a posse de João Goulart, seu vice, e instalar uma ditadura de direita. Muitos dos que depois viriam a fazer parte do CPC participaram da Campanha pela Legalidade junto com Brizola, o III Exército, a UNE, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), os sindicatos, o movimento camponês etc. Existia um clima geral de esperança por parte dos movimentos de esquerda.

Em 1962, a UNE decretou nacionalmente a “Greve do Terço”, que lutava pela representação estudantil em um terço nas congregações, departamentos e conselho universitário das universidades. Na época, era vedada a participação dos estudantes, exceto os representantes do DCE. A greve foi feita também na Bahia. É com a chegada de Chico de Assis que o CPC baiano se estrutura de maneira organizada. O centro passou a ser dividido em mais departamentos, os quais eram: Educação, Teatro, Textos e publicações, Arquitetura, Cinema e Artes plásticas.

O CPC baiano se aliou ao clima de vanguarda já existente na cidade de Salvador. Se até nos outros CPCs o teatro era usado como arma política, na Bahia, marcadamente com a chegada de Chico, começa a ser antevista a possibilidade de fazer isso como forma de reflexão mais profunda da sociedade onde se vive, tendo como principal referência o alemão Bertold Brecht. Pelo departamento de cinema foi feito um pequeno filme em preto e branco, “Rebelião em Novo Sol”, por Orlando Sena,

Valdemar Lima e Geraldo Sarno que então tinha sua primeira experiência com cinema. Em uma produção simples, doméstica para ilustrar a peça de Chico de Assis. O filme foi, posteriormente, completamente destruído pela censura.

Quando acontece o golpe, fecha-se o cerco para a esquerda e, em torno dos estudantes não foi diferente. A sede do CPC foi arrombada e fechada, os equipamentos apreendidos e muitos destruídos pelos militantes. O laboratório de fotografia foi fechado, os equipamentos apreendidos pelos militares como “material subversivo”. É impossível pensar na cultura brasileira que floresce em cores tropicalistas nos anos de 1960 partindo da Bahia sem levar em consideração todo esse movimento em busca da identidade nacional e debruçar-se sobre o popular que teve como principal expoente os Centros Populares de Cultura.

Andréa Cristiana Santos, Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2016) e Coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Extensão da Universidade do Estado da Bahia é a autora do Capítulo 5 – Trajetória da militância do Partido Comunista do Brasil na Bahia (1965-1973) no qual expõe a forma como a ação política se caracterizou, em que segmento encontrou resistência e quem as protagonizou, as estratégias e os desafios para executá-la diante do regime militar, portanto, tratou-se de analisar o PC do B por meio do conjunto dos seus membros, e não estreitamente pelo entendimento da linha político-partidária.

Dessa forma, ela partilha da ideia de que, se foi possível ao partido desenvolver ações de guerrilha rural, a militância conseguiu arregimentar membros para o partido, acumular experiências partidárias e engendrar uma cultura política. Além disso, os militantes deslocados para realizar ações de guerrilhas rural haviam tido participação no movimento estudantil.

Durante os anos de 1966 e 1967, os estudantes colaboraram para a reorganização do movimento estudantil baiano, acumulando força e experiência. Em 1967, a militância apoiou as manifestações dos secundaristas em protesto à aprovação da Lei Orgânica de Ensino, em tramitação na Assembleia Legislativa, que estabelecia que as escolas de ensino médio mantidas por fundações poderiam cobrar anuidade (JORNAL DA BAHIA, 1967).

Com a decretação do AI-5 e a implementação do decreto 477, o movimento estudantil sofreu refluxo. Lideranças estudantis responderam aos inquéritos policiais militares (IPM). O refluxo do movimento estudantil, a prisão e os inquéritos militares

influenciaram para a imersão no combate à ditadura militar. O PC do B e a AP defendiam a luta armada sob a forma de uma guerra popular prolongada e adotaram o princípio de não realizar ações armadas na cidade, investindo na possibilidade de fazer movimento de massa entre os operários, estudantes e profissionais liberais.

Os estudantes, militantes do PCdoB e da AP, almejavam também atos políticos, como a tentativa frustrada pelos militares de manifestação durante a visita do governador de Nova Iorque, Nelson Rockefeller, ao Brasil. A política de militantes estudantis do PCdoB se pautou pela perspectiva de fazer trabalho legal de massa na universidade e a intensificação do trabalho e restauração das entidades estudantis, como a construção do Diretório Central do Estudantes (DCE) da Universidade Católica no ano de 1970.

O Colégio Antônio Vieira foi um dos poucos na cidade a ter participação ativa de militantes na Juventude Estudantil Católica - JEC. Contudo, os estudantes entraram em conflito com a Igreja diante da postura do arcebispo D. Eugenio Sales que afirmava que a missão da Igreja não era política, mas espiritual. Além disso, o arcebispo demonstrava apoio a Médici.

Em termos de repressão, a autora destaca que os militares usavam a tática de conduzir os militantes para identificar na porta do colégio e na residência os colegas partidários com os quais tinham contato, faziam reunião e como consequência houve a “queda” dos secundaristas, com a interrupção do trabalho de reorganização da ABES, das atividades culturais e da revitalização dos grêmios planejada pelos estudantes, jogando-os na clandestinidade. O clandestino estava submetido a uma espécie de exílio no seu próprio país com o temor de ser preso a qualquer momento.

Portanto, durante os anos de 1965 a 1973, a militância do PCdoB pautou sua ação política no campo da resistência à ditadura militar, utilizando-se tanto de mecanismos legais de atuação quanto da defesa da luta armada como possibilidade de realizar a revolução no país. A perspectiva de aliar-se a um partido que defendia a luta armada sob a forma da guerra popular prolongada foi um elemento constituinte da identidade de política da militância, de modo que a perspectiva de luta de massa sempre esteve presente.

No Capítulo 6 – A cruz versus a espada: a resistência do CEAS durante a ditadura militar, o autor, Grimaldo Carneiro Zachariadhes – Doutor em História, Política e Bens Culturais pela Fundação Getúlio Vargas (2018) e Professor da Escola

Municipal Anna Amélia Queiroz Carneiro de Mendonça, traz que a Companhia de Jesus adotou os Centros de Informações e Ação Social (CIAS) como instrumento de enfrentamento aos problemas sociais na década de 60. Esses centros tinham como objetivo difundir a doutrina social da Igreja e também um local de reflexão sobre as questões socioeconômicas de um determinado lugar e que tentava ajudar os inicianos (e a sociedade) na superação dos problemas.

Em Salvador, foi fundado o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) pelos jesuítas que formavam a vice província da Bahia, na década de 1960. O CEAS se desenvolveu durante o período em que o país vivia sob uma ditadura militar e a instituição acabou de destacando na resistência aos militares no estado. A partir de março de 1969, o CEAS começou a publicar uma revista que foi chamada de Cadernos do CEAS que reflete bem o pensamento da instituição. Os cadernos nasceram como uma forma da instituição poder analisar a realidade do Brasil naquele momento e entender as transformações que o país passava em um período de crescimento acelerado da economia.

A partir de 1966, começaram a crescer manifestações de oposição ao regime militar na Bahia. Depois do desmantelamento das esquerdas no pós-golpe, voltaram a estourar em Salvador manifestações lideradas pelos estudantes - secundaristas e universitários - que demonstraram a reorganização do movimento estudantil depois das perseguições de 1964. O movimento estudantil baiano se destacou, nesse momento, na oposição ao regime militar, promovendo várias passeatas, greves, manifestações e tendo de enfrentar a polícia na rua em diversas ocasiões.

O ano de 1968 foi crucial no enfrentamento ao regime militar. Multiplicavam-se pelo Brasil manifestações públicas contra os militares. Esse momento foi de grande efervescência política e durou até a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968. No início da década de 1970, o movimento estudantil já estava enfraquecido, os movimentos sociais e sindicatos severamente reprimidos, a grande imprensa e as artes vigiadas pela censura, os partidos políticos legais Aliança Renovada Nacional (ARENA) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB) controlados e as resistências armadas sendo desarticuladas e seus integrantes sendo mortos ou presos. E, diferentemente de outros setores da esquerda baiana, foi justamente após o AI-5 que a oposição do CEAS começou a se destacar no enfrentamento contra o regime militar.

O CEAS não defendia a luta armada e, através principalmente dos cadernos do CEAS, denunciavam o autoritarismo, a violação dos direitos humanos e criticavam o modelo econômico excludente dos militares, o que não provocou seu isolamento e permitiu que seus integrantes procurassem unir vários segmentos da sociedade baiana contra a ditadura. No início da década de 1970, o CEAS começou a ampliar sua atuação política na sociedade. Além dos cadernos, começava-se o trabalho de base nas comunidades populares.

Assim, o CEAS então criou duas equipes: a equipe de redação que trabalhava nas edições dos Cadernos do CEAS e a equipe que trabalhava diretamente com as bases, ou seja, passou a incorporar no seu quadro aquelas pessoas de esquerda que quisessem lutar por uma sociedade mais justa e pela volta ao regime democrático. Por isso, o autor mostra que para que o objetivo central do CEAS fosse alcançado (a promoção humana), era condição *sine qua non* o fim da ditadura.

O Capítulo 7 - As políticas de atração de investimentos industriais e o desenvolvimento industrial da Bahia no período do regime militar brasileiro, de autoria de Gustavo Casseb Pessoti, Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano pela Universidade Salvador (2008) e Conselheiro do Conselho Regional de Economia da Bahia, tem como objetivo analisar o processo de industrialização da Bahia, tendo como referência as políticas de atração de investimentos industriais, notadamente responsáveis pelo dinamismo econômico do estado da Bahia desde meados do século XX.

Nesta perspectiva, o autor afirma que no decurso dos anos cinquenta do século passado, discutia-se na Bahia o fenômeno denominado “enigma baiano”, expressão largamente utilizada pela imprensa da época e adotada por Pinto de Aguiar (1958) e que o historiador Luís Henrique Dias Tavares (1966) preferiu chamar de “involução industrial da Bahia”, denominação menos emblemática, porém mais adequada, afinal, o que ocorreria era um quadro de estagnação ou mesmo decadência dos setores têxtil e fumageiro e o desaparecimento de um conjunto de empresas manufactureiras que surgiam nos primeiros anos da república.

O cacau despontou na primeira metade do século XX como o principal produto de modelo primário-exportador baiano, mas apresentava as mesmas características do modelo em decadência, concentração de riquezas e dependência de uma dinâmica

exógena, naturalmente oscilante, que poucos resultados apresentavam para diversificar e, portanto, transformar o quadro vigente.

Para mudar tal cenário, o plano do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) contava com um amplo arcabouço de fatores que dariam suporte à sua execução. O Banco do Nordeste do Brasil (BNB), criado em 1952, apoiaria financeiramente o processo de industrialização; a refinaria Landulfo Alves, instalada em Mataripe, serviria de elemento indutor da expansão fabril; a usina de Paulo Afonso contribuía com uma maior oferta de energia elétrica, e por fim, a expansão do sistema capitalista brasileiro tornava o cenário mais propício para os investimentos que seriam necessários para o sucesso do projeto. O GTDN representava o desejo do Governo Federal de tentar solucionar o problema do atraso econômico do Nordeste. Não há dúvida de que, pelo pensamento dominante na esfera de poder do país, o processo de desenvolvimento regional estava diretamente relacionado ao processo de industrialização.

A SUDENE foi criada em dezembro de 1959, no “apagar das luzes” do governo de JK subordinada ao importante Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e o governo federal demonstrava a relevância dessa superintendência para o desenvolvimento da região, sendo que suas ações voltaram-se para a infraestrutura básica como a energia e transporte e para a industrialização, escusando-se das análises sobre as transformações estruturais na organização produtiva agrária nordestina. O estado recebeu vultosas transferências de recursos na segunda metade da década de sessenta, grande parte deles usados na melhoria da infraestrutura, tais como a construção de barragem e estradas, que também tiveram outras fontes de financiamentos e a Bahia começou a perceber reflexos positivos de obras como a BR-116, em 1967, e da BR 101 em 1972.

A década de 1970 consolidou o processo de industrialização que teve início ainda no idos dos anos cinquenta. O ambiente mostrava-se favorável aos empreendimentos industriais produtores de bens intermediários, que foram sendo implantados gradativamente no estado, principalmente no Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC). Apesar dos obstáculos identificados no final do período que caracterizam o regime militar, é inegável o avanço na modificação da estrutura produtiva da Bahia a partir da combinação de um tripé marcado pela oferta de financiamentos externos, forte participação do Estado na articulação das economias

regionais e realizações de investimentos industriais completamente ligados à matriz produtiva do Brasil.

O Capítulo 8 – A ciência durante a ditadura militar: a criação da pós-graduação na Universidade Federal da Bahia e o caso da Geofísica (1964 – 1985), de autoria de José Eduardo Ferraz Clemente, Doutor em Ensino, Filosofia e História das Ciências pela Universidade Federal da Bahia (2013) e Professor Adjunto I da Universidade Federal do Vale do São Francisco trata de um estudo de caso referente à história da Universidade Federal da Bahia (UFBA) durante a ditadura militar, por meio do qual ele procurou discutir as controversas relações entre ciência e política ao longo dos 21 anos em que o país esteve sob o comando dos militares.

O projeto militar de desenvolvimento passava, necessariamente, pela articulação entre ciência, tecnologia e educação superior. Promovia-se, portanto, o que Francisco Carlos Teixeira da Silva, citado por José Eduardo, denominou de “modernização autoritária”. Em meio à Reforma Universitária de 1968 e à articulação da Rede de Investimentos em Ciência e Tecnologia, a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) investe em áreas científicas e tecnológicas consideradas estratégicas, não só sob o ponto de vista da “segurança nacional”, como do desenvolvimento e interesses das comunidades científicas, muitas vezes, e não estritamente vinculados aos interesses do regime militar (SILVA, 1996).

Ao assumir o reitorado da Universidade Federal da Bahia, Miguel Calmon enfrentou dificuldades orçamentárias provenientes dos primeiros anos do governo Castelo Branco e foi um dos principais colaboradores da reforma na UFBA. A sua administração no reitorado da UFBA foi considerada “modernizadora lançando uma ampla reforma na referida universidade. Na condição de presidente do CRUB, em uma das reuniões realizada no Rio de Janeiro, ainda durante o ano de 1966, Miguel Calmon defendeu a posição dos reitores de que alguns pontos deveriam ser tratados como essenciais pelo governo federal, tais, como “a administração, as reformas estruturais e organizacionais das universidades brasileiras e os cursos de pós-graduação.” (VARELA, 2011, p.66 APUD Ferraz Clemente).

Por várias sessões do Conselho Universitário da UFBA, a partir de julho de 1967, sob a presidência do professor Roberto Santos, abordou-se a temática de Reforma Universitária, sendo que na sessão de 24 de agosto daquele ano ele descreveu aos demais conselheiros que fora convocado pelo Ministério da Educação

a participar do fórum dos reitores e na reunião realizada em Brasília discutiram-se basicamente três assuntos, a saber: a expansão do número de matrículas nas universidades brasileiras, o problema de reestruturação das universidades federais e o sistema dos concursos de habilitação. Na ocasião, a reforma já se desenhava como uma prioridade do governo federal, no que diz respeito à sua estratégia de desenvolvimento via “educação superior, ciência e tecnologia”.

Entre “grandes saltos, milagres e anos de chumbo”, ciências como a Geofísica se institucionalizaram a partir da estruturação da reforma e da pós-graduação desenvolvidas na Universidade Federal da Bahia e se tornariam, alguns anos mais tarde, referência em nível nacional e internacional. A “modernização autoritária” desencadeada pelo regime militar necessitava, mais do que nunca do desenvolvimento da ciência e da tecnologia e, para se atingir a estes fins precisava desenvolver os meios, a saber: a educação superior e a pós-graduação. Na Bahia o caminho seria o mesmo.

Ao término desses 21 anos de regime militar, restaria um legado importante, ao menos no que diz respeito a estrutura montada para o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da educação superior. Além da consolidação da pós-graduação, a FINEP é mais um bom exemplo disso, bem como as várias instituições de ensino e pesquisa que receberam o apoio do FNDCT, e hoje estão consolidadas. O PPPG/UFBA foi uma delas.

Darliton de Sena Paranhos, autor do Capítulo 9 – Experiências de luta e conflito de classes: os trabalhadores químicos e petroquímicos baianos, suas organizações e a luta contra a ditadura militar possui mestrado em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (2011) e aborda ao longo do capítulo que, em sua trajetória, os trabalhadores químicos e petroquímicos baianos atuaram através das organizações fundadas pela própria categoria. A primeira foi a Associação Profissional dos Trabalhadores da Indústria Petroquímica do Estado da Bahia (ASPETRO), fundada em 1963. E a segunda foi o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Química e Petroquímica no Estado da Bahia (SINDIQUIMICA), fundada em 1978 e que se tornou um dos maiores, senão o maior sindicato do Norte-Nordeste.

A fundação dessas organizações no contexto autoritário e sangrento da ditadura civil-militar a coloca, principalmente através do sindicato, na condição de uma referência na luta contra este regime ao ponto de serem considerados como “um

sindicato de vanguarda do movimento sindical” que “centralizava as lutas em todo movimento social.

Na Bahia, após a consolidação do golpe, os militares invadiram o Conjunto Petroquímico da Bahia, o COPEB, e iniciaram o inquérito policial militar, de forma que o complexo Petroquímico “transformou-se, basicamente, num quartel, onde a vigilância foi rendida [...] e o exército tomou conta da portaria. Estas medidas tinham como objetivo enquadrar os trabalhadores e a própria associação dentro dos parâmetros impostos pela ditadura, pois como fica claro em uma correspondência oficial enviada ao Ministério do Trabalho, a perspectiva que se tinha era de que a ASPETRO se tornaria “um dos maiores sindicatos do nosso Estado”, logo era fundamental “evitar que a mesma já inicie sua vida desviando-se de suas finalidades puramente sindicais”.

Logo, todo o processo de articulação para retomar a ASPETRO teve que ocorrer de forma clandestina, pois a repressão que atingiu os partidos, organizações políticas e os sindicatos, isolou os quadros de militâncias, dificultando a organização da resistência ao regime. A repressão e retaliação restringiu significativamente as possibilidades de atuação da diretoria frente à categoria, mas, ao mesmo tempo, possibilitou a criação de formas de contornar as circunstâncias adversas, como o processo de distribuição de boletins.

Com a aquisição da carta sindical, as articulações políticas em torno da formação da primeira diretoria do sindicato começaram a ser feitas entre o Movimento Revolucionário 8 de outubro e o Partido Comunista do Brasil. Com a conjunção dessas forças políticas e das heterogêneas experiências de militância de seus membros a categoria começou a “mudar assim as características do sindicato” tirar aquela fisionomia do sindicato que ia fazer dentro da empresa, os trabalhadores inclusive começaram a aparecer mais, começar a cobrar” de forma que até trabalhadores de empresas que o sindicato não tinha atuação “começaram a se aproximar e a gente começou a fazer um trabalho no SINDIQUÍMICA ... renovando assim o sindicato.” (MESA..., 1986, p.63)

O número crescente de trabalhadores demitidos em meados de 1980 evidenciou não só os efeitos da política recessiva do governo no período, mas, também, uma política da retaliação à categoria química e petroquímica baiana por atingir os “operários que participavam ativamente das lutas sindicais” (A TARDE,

1982b, P.3). Inicialmente, o patronato recorria à vigilância das próprias empresas para impedir as mobilizações. Mas, as fontes disponíveis indicam que a repressão policial começou a ocorrer no ano de 1983, quando o presidente do SINDIQUIMICA e o tesoureiro foram presos pela polícia militar porque “distribuíam panfletos informativos sobre a campanha salarial dos trabalhadores do polo petroquímico” (JORNAL DA BAHIA, 1983).

Segundo Coelho, citado pelo autor do artigo, os trabalhadores “[...] a partir das experiências de luta e das organizações que criavam ou retomavam, construíram naqueles anos o projeto de contra hegemonia que culminou na campanha Lula presidente em 1989.” Portanto, a luta dos trabalhadores químicos e petroquímicos baianos através das suas organizações contra a ditadura militar foi importante pela significativa demonstração de resistência e pela profunda contribuição que deram ao processo de desestabilização e fim do regime. Com isso, esta categoria de trabalhadores marcou profundamente a história do movimento sindical baiano e brasileiro.

No Capítulo 10 – A luta pela terra na Bahia: a atuação da CEDITER e da CPT durante a ditadura militar, Charlene José de Brito, Mestre em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (2013) e Professora de História da Prefeitura Municipal de São Gabriel (BA), nos apresenta que em abril de 1964, com a ocorrência do golpe civil-militar, já eram intensos os conflitos pela terra no Brasil e o cenário baiano não era diferente, pois em muitas cidades do interior do estado como nas regiões do Recôncavo e Chapada Diamantina, os grileiros invadiam as pequenas propriedades expulsando os proprietários, do mesmo modo, o governo estadual, desalojava famílias inteiras de áreas em que seriam construídas barragens, sem, no entanto, realizar uma política de reassentamento.

Após a concretização do golpe, essa população expropriada estava impedida de se manifestar, de reivindicar seus direitos. Como os espaços democráticos eram poucos, precisavam agir às “sombras” ou ligados a órgãos governamentais e entidades religiosas. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), fundado com o propósito de resolver o problema de terra durante a ditadura militar atuava de forma insuficiente se considerarmos a dimensão do problema fundiário no Brasil.

Tão dispendiosa quanto a edificação da Represa do Sobradinho, nos anos de 1970, foi a barragem de Pedra do Cavalo, na década de 1980. O desastre ecológico e os dissabores e dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores expulsos de suas propriedades também ganharam proporções, senão de mesma magnitude, bem próxima aquela. Diante desse cenário, o que se passou a ver é que no território baiano, as desocupações para a edificação de barragens, as ameaças, os conflitos, as emboscadas decorrentes da luta pela terra se tornaram constantes.

Ressalta-se que em favor das pessoas que lutavam pela terra, teve destaque as autoridades religiosas e também alguns jesuítas da Companhia de Jesus comprometidos com a questão e em solidariedade a tantos infortúnios sofridos pelos homens e mulheres do campo, bem como em prol dos desalojados pela construção de represas, os presbiterianos ecumênicos deram os primeiros passos nos anos de 1980 para pôr em prática o projeto da CEDITER. Conforme o autor, essa entidade surgiu com a missão de “[...] educar, formar e capacitar trabalhadores: homens, mulheres e jovens rurais para o fortalecimento de suas próprias organizações e ajudá-los a exercer a sua cidadania plena”. A instituição tinha como princípio básico, a luta pela posse da terra.

A proposta da Cediter buscava relacionar as experiências bíblicas ligadas à terra com a situação dos pequenos trabalhadores do interior baiano, essa proposta visava estimular o pequeno produtor à luta pela posse da terra e sua regularização, ao mesmo tempo, incentivar o cuidado e cultivo dessa propriedade.

Nessa mesma conjuntura, pós-golpe de 1964, as Ligas Camponesas, apoiadas pelo advogado Francisco Julião, já haviam deixado de ser uma associação de trabalhadores rurais de âmbito local, que abrangia o sertão pernambucano, para se expandir por outros estados do país e repercutir “[...] na imprensa nacional e mesmo internacional”. (MONTENEGRO, 2008, p.17). A forma de atuação da CPT e o surgimento de lideranças religiosas como padres católicos comprometidos com a causa dos camponeses, fez com que em seu nascedouro fossem vistos com bons olhos pelas autoridades governamentais, não obstante, essa relação harmoniosa entre o Governo e os religiosos católicos não demorou a entrar em crise, uma vez que o governo federal passou a acusar a Igreja Católica de subversiva, de disseminadora de ideias de ateus e comunistas. Contudo, o governo não agiu de forma mais enérgica contra os religiosos devido à cobertura institucional que estes possuíam, porém, no

meio eclesiástico, muitos bispos e padres sofreram retaliações por parte dos próprios irmãos de fé.

No Capítulo 11 – Lutar contra a ditadura e contra os “falsos” democratas: a construção do PT em Feira de Santana (1979-1984) de autoria de Igor Gomes Santos, Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (2017) e pesquisador do Instituto Federal da Bahia apresenta para nós uma discussão em torno do Partido dos Trabalhadores (PT).

Assim, afirma que a formação do partido foi um marco divisor dentro do campo das instituições de esquerda brasileira e na cena política do Brasil na medida em que o partido possui características como sua fundação de base operária, principalmente sindical, juntamente com os religiosos católicos, influenciados pela Teologia da Libertação, intelectuais e militantes de organizações clandestinas. O ABCD paulista é, geograficamente, o local de nascimento do PT, devido às greves “espontâneas” que lá surgiram. A narrativa acerca da construção do PT centrada nos acontecimentos em São Paulo, estabelece um modelo fixo de construção do partido que contradiz a efetividade do PT de diversas localidades do Brasil, como é o caso de Feira de Santana – BA.

Nas eleições municipais de Feira de Santana em 1962, foi eleito Francisco Pinto, político do PSD, que chegou ao poder executivo municipal após uma campanha extremamente polarizada com o candidato João Durval (UDN). Chico Pinto, como era conhecido, foi eleito com apenas algumas dezenas de votos de diferença. Os relatos acerca das grandes manifestações de trabalhadores no período do governo municipal Chico Pinto, como é mais conhecido entre os feirenses, estão registrados nos grandes jornais da época, que o atacavam de comunista nos jornais locais da cidade.

Do alto da sua experiência e importância nacional, Chico Pinto dirigia, junto com Colbert Martins e alguns outros, o Movimento Democrático Nacional (MDB), partido só criado em 1965 após o AI-2, sendo que em Feira de Santana o partido se mostrava mais aguerrido, combativo e mais próximo à luta dos trabalhadores do que o MDB se expressava nacionalmente e na esteira das lutas dos trabalhadores no ABCD paulista, o MDB feirense expressou entusiástico apoio e era por aqui tido como parceiro “natural” da luta popular já que tinham vínculos políticos com a maioria dos grandes sindicatos da cidade e penetração muito grande nas associações de

moradores. Ainda assim, existiam os descontentes no interior do MDB feirense, dentre eles alguns que romperiam com esse partido e iniciariam a construção do PT.

O perfil dessa militância foi evidentemente esse: militantes de organizações clandestinas, em sua maioria estudantes universitários, oriundos das diversas lutas travadas dentro da universidade e algumas fora dela. É importante destacar o papel que essa ala jovem vai cumprir na fundação do partido em Feira de Santana, visto que durante as greves de 1979 ela lança uma nota em que prestava “a maior solidariedade” aos trabalhadores grevistas e criticava a intervenção/repressão do governo federal à greve. Depois, esse mesmo agrupamento vai fazer uma série de atividades públicas de apoio à greve.

As atividades de filiação das pessoas se concentrava na parte do dia, horário de expediente da maioria das pessoas, portanto, os militantes da comissão pró-PT se deparavam, no seu trabalho de filiação, muito mais com mulheres, trabalhadoras domésticas e/ou donas de casa, o que fez com que o partido tivesse em um primeiro momento maior quantidade de mulheres filiadas do que homens. Porém, isto não significaria uma maior participação feminina no partido, pois estas filiações não foram convertidas em militância orgânica.

O teste de fogo do partido, depois de dois encontros municipais da agremiação, que o consolidaram na oposição foram as eleições de 1982. As eleições eram vistas como parte da construção partidária, como um dos momentos para demonstrar ao trabalhador a diferença do PT para as outras agremiações. Tratava-se de construir uma democracia petista, afirmada no poder dos núcleos de lançar ou vetar uma candidatura, demonstrar que as candidaturas do PT estavam comprometidas com a “mobilização e organização dos trabalhadores a partir das principais bandeiras do movimento popular”, pois “o processo de escolha dos candidatos do PT, começou através do processo dos núcleos. Debates sobre a plataforma eleitoral, a campanha coletiva, e o programa do governo [...] e a pré-convenção democrática referendou os nomes discutidos e tirados nos núcleos de bairro do partido” (MANIFESTO..., [19--?], p.18).

As eleições de 1982 se constituíram em um momento onde o principal alvo do PT de Feira de Santana foi o PMDB. Bairros peemedebistas eram escolhidos no intuito de desmascarar “aqueles que fingiam serem amigos dos trabalhadores”. A polarização só tendia a crescer. E o movimento de massas pelas eleições diretas

(conhecidas pelo nome de “Diretas Já!”) acirrou o debate e os ânimos. Um PT dominado por organizações/tendências de esquerda, como era o caso do PT de Feira, que internamente tinham “táticas” bem diferentes umas das outras em torno da questão da resolução da “descompressão” (MARINI, 2010. P.1-4), política iniciada ainda pela ditadura, no governo Geisel, colidiu, aliás como todo o PT, com a política nacional de apoio à eleição para presidente através da transformação do Congresso Nacional em um colégio eleitoral para a eleição indireta do Presidente da República.

O PT havia divulgado, nas principais ruas da cidade e na imprensa, o seu posicionamento quanto às lutas pelas eleições diretas, onde colocava de público sua posição favorável ao acontecimento, mas compreendia a luta juntamente com outras bandeiras como: o não pagamento da dívida externa, o rompimento com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a luta contra o desemprego e contra o arrocho salarial (FEIRA HOJE, 1984c, p.3).

Por fim, o Capítulo 12 – Bahia – as eleições na ditadura militar, de autoria de Joviniano Soares de Carvalho Neto, Doutor em Comunicação e Cultura Contemporânea pela Universidade Federal da Bahia (2007) e Diretor Social de Aposentados da APUB - Associação do Professores Universitários da Bahia tem como enfoque principal a análise das eleições na Bahia durante a ditadura.

Destaca que o maior partido nascido da oposição ao Estado Novo era a UDN, criado por derrotados e dissidentes da Revolução de 1930, com base em setores rurais, empresariais e parte da classe média urbana. Inicialmente, representou a união da oposição ao Estado Novo, mas, com a saída do Partido Socialista Brasileiro – PSB, se definiu como liberal conservador – antigetulista, contra o estatismo e o nacionalismo. Por outro lado, em 1964 – fim do período, havia 14 partidos representados no Congresso Nacional. Os partidos, agora forçosamente nacionais, tinham diferenças internas tanto entre estados quanto político-ideológicos.

As oposições ao Estado Novo foram, na Bahia, derrotadas nas eleições presenciais de 1945, nas quais UDN e PSD elegeram um senador cada e, beneficiada pelas sobras, a UDN elegeu metade dos deputados federais. Algo novo que terá efeito após o golpe 1964 será o fato de que a UDN e PTB, adversários a nível nacional, estarem ligados na Bahia e isso ajuda a explicar a manutenção de Lomanto Júnior no governo pós 1964 e a adesão dos “trabalhistas” à Aliança Renovadora Nacional (Arena). Waldir Pires representava a oposição a nível estadual, o nacionalismo, o

apoio às reformas sociais. Lomanto Júnior, por sua vez, defendia o “municipalismo com desenvolvimento” e seu slogan era “O interior marcha para o governo” e aparece ao eleitorado como “independente” do governo estadual.

A ditadura militar apresentou, desde o início, uma contradição que mirava sua legitimidade e a apontava como transitória. Foi implantada por um golpe que procurou se justificar pela defesa da democracia, ameaçada pela corrupção e subversão, alegadamente, presente no governo deposto e decorrentes da ação de “populistas”, “demagogos” e “comunistas” que enganavam o povo, faziam votar “errado” e seriam o “inimigo interno” a combater. Assim, para ser democrático o regime manteve eleições periódicas ainda que, em parte, indiretas, uma oposição tolerada desde que não ameaçadora; Congresso e Judiciário funcionando, ainda que com expurgos, interrupções e redução de poderes, o quais foram transferidos para o (General) Presidente da República, representante da “Revolução”.

Dessa forma, com a tomada do poder em início de abril de 1964, o Ato Institucional I deu ao presidente poder para cassar mandatos (a primeira lista, anexa a lei, continha 100 pessoas, 4 deputados), decreta perda de direitos políticos, demitir funcionários e punir. Estabeleceu que o presidente seria eleito pelo Congresso. Assim, desencadeou-se a “Operação Limpeza”. Na Bahia, a pressão dos militares, estimulados pelas forças locais derrotadas em 1962, levou à deposição dos prefeitos de Salvador (Virgildásio Senna – PTB), Feira de Santana (Francisco Pinto - PSD) e Vitória da Conquista (Pedral Sampaio – PSD). Deputados federais e estaduais baianos são cassados.

Apesar dos cuidados e do governo se considerar vitorioso na maioria dos estados, a vitória dos candidatos do PSD e PTB em Minas e na Guanabara provocou reação da direita civil e militar da qual resultou o AI-2. Este aumentou o poder do presidente sobre o Congresso e o Judiciário, devolveu a ele o poder de cassar mandatos e direitos políticos, transferiu o julgamento de crimes políticos para a Justiça Militar, transferiu para o Congresso as eleições para presidente e extinguiu os partidos políticos. Em fevereiro de 1966, o AI-3 transformou as eleições para governadores em indiretas e estabeleceu calendário eleitoral, na qual as eleições para governador e vice precederiam e condicionaram as demais.

O ano e as eleições de 1970 merecem atenção especial. Marcam o momento de explícita concentração de poder do General-Presidente da República e a ascensão

de ACM como nova e centralizadora liderança na política baiana. As eleições ocorrerão após grandes mudanças na legislação eleitoral. Castelo Branco tentara deixar “institucionalizada” a “Revolução”. Após cassações, reconvocou o Congresso e enviou para aprovação uma nova Constituição, a de 1967. A nova Constituição fortalecerá os poderes do Exército e dos militares e admitia a permanência dos direitos individuais e a imunidade parlamentar, pois a “Revolução” dizia-se democrática.

Sob pressão da linha dura e com o pretexto de recusa pelo Congresso de se opor a imunidade do deputado Márcio Moreira Alves do MDB, cassando seu mandato, foi decretado em 13 de dezembro de 1968 o AI-5, sem prazo de vigência e que concentrava todos os poderes no presidente. O Congresso foi fechado (dezembro de 1968 a outubro de 1969) e durante o recesso, para institucionalizar o regime e enfrentar os opositores dentre os quais crescera a oposição pela luta armada, houve uma grande produção legislativa e um recrudescimento da repressão.

O modo agressivo com que ACM lidara com as demais lideranças arenistas fez com que todas, ainda que com os devidos cuidados, se unissem contra ele. Além disto, a força e a intimidade que demonstrara com Médici, não foi tão bem acolhida no novo governo. Na Bahia, o ano de 1978 é marcado pela esperada vitória da Arena e pelo retorno de ACM ao poder estadual. As eleições de 1982, as últimas sob a ditadura militar, foram preparadas por dois “casuísmos” criados para garantir a vitória da Arena e a maioria no Colégio Eleitoral que elegeria o Presidente da República; o adiamento das eleições municipais e o voto vinculado – a obrigação do eleitor votar em candidatos do mesmo partido. O candidato de ACM a governador João Durval Carneiro, foi facilmente eleito contra Roberto Santos, então na oposição e o PSD elegeu 25 deputados federais contra 14 do PMDB.

Mantendo a tendência histórica de acompanhar as mudanças nacionais após o movimento decisivo, em 15 de novembro de 1986, a onda democratizante chegou à Bahia com a chapa “A Bahia vai mudar”, liderada por Waldir Pires que derrotou por longa margem a “A aliança Democrática Progressistas”, que tinha Josafá Marinho como candidato a governador, mas expressava a chefia de ACM.

A Bahia, após o retorno em 1990 de ACM ao governo, permanecerá como o maior estado governado pelo PFL até 2006, quando o governo será conquistado pelo PT (Jaques Wagner) em alianças com antigos dissidentes do PFL, dentre os quais

João Durval (PDT), eleito senador. Este quadro, o qual podemos dizer que tem raízes na ditadura militar, representaria a superação do seu legado.

Quanto às normas eleitorais, vale destacar algumas inovações da ditadura, como exigência do domicílio eleitoral para os candidatos, horário eleitoral gratuito, manutenção da cédula única durante toda a ditadura militar. Portanto, ainda que a “judicialização” seja um risco ao reconhecimento da vontade popular, estamos longe do tempo em que a “militarização” tornava o cargo de Presidente da República privativo de General do Exército e o de governador da Bahia, alguém por ele indicado. Se as eleições e leis da ditadura militar estão dentre as raízes do presente, a resistência a ela também está e o resultado é uma democracia, ainda que limitada pela desigualdade social e econômica, mas que cresce e, de algum modo, incorpora a maioria da população.

CONCLUSÃO

Este trabalho consiste em uma espécie de resenha sobre os dois volumes da coletânea *Ditadura Militar na Bahia* organizados por Grimaldo Carneiro Zachariadhes e publicados em 2009 e 2014. Apesar de não representar o resultado de uma pesquisa, busca contribuir para a historiografia na medida em que pode auxiliar estudantes de História, inclusive os graduandos do nosso curso de História do Campus V, além do público em geral a conhecerem artigos que podem ajudar no desenvolvimento de diferentes pesquisas sobre o período da ditadura militar, em especial no estado da Bahia.

Outra coisa importante a destacar é que essa coletânea, sobre a qual nos debruçamos, tem o evidente potencial, por meios de seus vários artigos, de complementar a historiografia existente acerca do período da ditadura militar no âmbito do estado da Bahia, sendo que uma característica que a diferencia de outras publicações e a torna ainda mais relevante neste contexto é o fato de seus autores possuírem filiação institucional de formação em Universidades Baianas, em especial a UFBA e a UNEB. Assim, de modo geral, os textos publicados por meio das coletâneas, de modo geral, lidam com problemas que são comuns à historiografia sobre a ditadura como imprensa, apoios ao golpe de 64, resistência antes e após o

golpe com os movimentos de esquerda, desenvolvimento econômico, cerceamento político e descompressão política a partir de 1974.

Abordar o período da ditadura militar (1964-1985) em nosso país é tarefa duplamente desafiadora: primeiro porque é sempre dolorido lembrar o sofrimento ao qual tantas pessoas foram expostas simplesmente por defender a liberdade, a democracia e o direito a questões tão básicas e elementares como o ir e vir em sua própria terra, em seu próprio lugar de existência e, segundo, porque é uma época sobre a qual muitos pesquisadores se debruçaram (debruçam) e ainda assim se evidencia lacunas espaciais nos recortes de estudo, já que ainda existe certa predominância historiográfica do eixo Rio-São Paulo enquanto protagonista no período, em detrimento de outros territórios e/ou regiões, como o estado da Bahia, por exemplo.

Por entendermos que o período da ditadura militar se caracterizou como um marco divisor na vida política, econômica, social e cultural de nosso país, ainda que negativo em nossa visão, este é o aspecto que sempre despertou o nosso interesse em conhecer melhor como ele se concretizou, teve seu desenrolar e as consequências e/ou marcas/cicatrices que deixou tanto às gerações que viveram no período tanto às gerações futuras. E por falar em futuro, cabe revisitar, conhecer e discutir acerca da ditadura civil-militar no presente quando passamos a ver e perceber parte de nossa sociedade defender posturas não democráticas e arroubos autoritários, as quais são tão nefastos a qualquer sociedade. Não podemos permitir a volta de fantasmas que já nos assombraram no passado!

APÊNDICE I

Relação de autores da Coletânea <i>Ditadura Militar na Bahia</i> publicados em 2009 e 2014, organizados por Grimaldo Carneiro Zachariadhes				
Autor	Instituição de formação	Ano de formação	Titulação	Capítulo na coletânea
Ediane Lopes de Santana	UFBA	2009	Mestrado	Capítulo 1 volume 1
Elizete da Silva	USP	1998	Doutora	Capítulo 2 volume 1
Alex de Souza Ivo	UFBA	2019	Doutor	Capítulo 3 volume 1
José Alves Dias	UFRJ	2009	Doutor	Capítulo 4 volume 1
Antonio Mauricio Freitas Brito	UFBA	2008	Doutor	Capítulo 5 volume 1
Sílvio César Oliveira Benevides	UFBA	2009	Doutor	Capítulo 6 volume 1
Sandra Regina Barbosa da Silva Souza	UFBA	2009	Doutora	Capítulo 7 volume 1
Cristiane Soares de Santana	UFBA	2017	Doutora	Capítulo 8 volume 1
Grimaldo Carneiro Zachariadhes	Fundação Getúlio Vargas	2018	Doutor	Capítulo 9 volume 1 e capítulo 6 volume 2
Izabel de Fátima Cruz Melo	USP	2018	Doutora	Capítulo 10 volume 1
Maria Victoria Espiñeira	Universidade de Santiago de Compostela	2000	Doutora	Capítulo 11 volume 1
Margarete Pereira da Silva	UFBA	2002	Mestre	Capítulo 12 volume 1
Joviniano S. de Carvalho Neto	UFBA	2007	Doutor	Capítulo 13 volume 1 Capítulo 12 volume 2
Simião Alves Tannous	UFBA		Mestre	Capítulo 1 volume 2
Cristiane Lopes da Mota	UNEB CAMPUS V	2013	Mestre	Capítulo 2 volume 2
Ede Assis Soares Moisés Leal Moraes	UFBA	2021 2011	Doutor Mestre	Capítulo 3 volume 2

	UNEB CAMPUS V			
Vânia Medeiros Moreira	Universidade de São Paulo	2017	Mestre e doutoran da	Capítulo 4 volume 2
Andréa Cristiana Santos	UFRJ	2016	Doutora	Capítulo 5 volume 2
Gustavo Casseb Pessoti	Universidade Salvador	2008	Mestre	Capítulo 7 volume 2
José Eduardo Ferraz Clemente	UFBA	2013	Doutor	Capítulo 8 volume 2
Darliton de Sena Paranhos	UEFS	2011	Mestre	Capítulo 9 volume 2
Charlene José de Brito	UEFS	2013	Mestre	Capítulo 10 volume 2
Igor Gomes Santos	UFF	2017	Doutor	Capítulo 11 volume 2

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (organizador). **Ditadura militar na Bahia: Novos olhares, Novos objetos, Novos Horizontes**. Volume 1, Salvador: EDUFBA, 2009.

ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (organizador). **Ditadura militar na Bahia: Histórias de autoritarismo, conciliação e resistência**. Volume 2, Salvador: EDUFBA, 2014.

SANTANA, Ediane Lopes de. Campanha de desestabilização de Jango: as 'donas' saem às ruas! In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (organizador). **Ditadura militar na Bahia: Novos olhares, Novos objetos, Novos Horizontes**. Volume 1, Salvador: EDUFBA, 2009.

SILVA, Elizete da. Protestantes e o governo militar: convergências e divergências. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (organizador). **Ditadura militar na Bahia: Novos olhares, Novos objetos, Novos Horizontes**. Volume 1, Salvador: EDUFBA, 2009.

IVO, Alex de Souza. Uma "revolução" contra o comuno-peleguismo: O golpe de 1964 e o sindicalismo petroleiro. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (organizador). **Ditadura militar na Bahia: Novos olhares, Novos objetos, Novos Horizontes**. Volume 1, Salvador: EDUFBA, 2009.

DIAS, José Alves. O golpe de 1964 e as dimensões da repressão em Vitória da Conquista. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (organizador). **Ditadura militar na Bahia: Novos olhares, Novos objetos, Novos Horizontes**. Volume 1, Salvador: EDUFBA, 2009.

BRITO, Antonio Mauricio Freitas. Salvador em 1968: um breve repertório de lutas estudantis universitárias. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (organizador). **Ditadura militar na Bahia: Novos olhares, Novos objetos, Novos Horizontes**. Volume 1, Salvador: EDUFBA, 2009.

BENEVIDES, Sílvio César Oliveira. Aventuras estudantis em tempos de opressão e fuzis. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (organizador). **Ditadura militar na Bahia: Novos olhares, Novos objetos, Novos Horizontes**. Volume 1, Salvador: EDUFBA, 2009.

SOUZA, Sandra Regina Barbosa da Silva. Bandeira vermelha: aspectos da resistência armada na Bahia. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (organizador). **Ditadura militar na Bahia: Novos olhares, Novos objetos, Novos Horizontes**. Volume 1, Salvador: EDUFBA, 2009.

SANTANA, Cristiane Soares de. Notas sobre a história da Ação Popular na Bahia (1962-1973). In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (organizador). **Ditadura militar na Bahia: Novos olhares, Novos objetos, Novos Horizontes**. Volume 1, Salvador: EDUFBA, 2009.

ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. Dom Avelar Brandão Vilela e a ditadura militar. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (organizador). **Ditadura militar na Bahia: Novos olhares, Novos objetos, Novos Horizontes**. Volume 1, Salvador: EDUFBA, 2009.

MELO, Izabel de Fátima Cruz. No meio do caminho tinha uma Jornada, ou era ela o caminho? Jornada de Cinema da Bahia (1972-1978). In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (organizador). **Ditadura militar na Bahia: Novos olhares, Novos objetos, Novos Horizontes**. Volume 1, Salvador: EDUFBA, 2009.

ESPIÑEIRA, Maria Victoria. A resposta da Bahia à repressão militar: a ação partidária da Ala Jovem do MDB e a militância civil do Trabalho Conjunto da cidade de Salvador. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (organizador). **Ditadura militar na Bahia: Novos olhares, Novos objetos, Novos Horizontes**. Volume 1, Salvador: EDUFBA, 2009.

SILVA, Margarete Pereira da. O bispo de Juazeiro e a ditadura militar. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (organizador). **Ditadura militar na Bahia: Novos olhares, Novos objetos, Novos Horizontes**. Volume 1, Salvador: EDUFBA, 2009.

NETO, Joviniano S. de Carvalho. II Congresso da Anistia: momento de resistência e definições. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (organizador). **Ditadura militar na Bahia: Novos olhares, Novos objetos, Novos Horizontes**. Volume 1, Salvador: EDUFBA, 2009.

TANNOUS, Simião Alves. A imprensa baiana e a queda do regime constitucional de João Goulart (1963-1964). In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (organizador). **Ditadura militar na Bahia: Histórias de autoritarismo, conciliação e resistência**. Volume 2, Salvador: EDUFBA, 2014.

MOTA, Cristiane Lopes da. O golpe de 1964 e suas reverberações em Santo Antônio de Jesus. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (organizador). **Ditadura militar na Bahia: Histórias de autoritarismo, conciliação e resistência**. Volume 2, Salvador: EDUFBA, 2014.

SOARES, Ede Assis e MORAIS, Moisés Leal. O golpe civil-militar de 1964 em alagoinhas: adesão à ordem ditatorial e repressão política. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (organizador). **Ditadura militar na Bahia: Histórias de autoritarismo, conciliação e resistência**. Volume 2, Salvador: EDUFBA, 2014.

MOREIRA, Vânia Medeiros. O CPC DA UNE na Bahia. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (organizador). **Ditadura militar na Bahia: Histórias de autoritarismo, conciliação e resistência**. Volume 2, Salvador: EDUFBA, 2014.

SANTOS, Andréa Cristiana. Trajetória da militância do Partido Comunista do Brasil na Bahia (1965-1973). In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (organizador). **Ditadura militar na Bahia: Histórias de autoritarismo, conciliação e resistência**. Volume 2, Salvador: EDUFBA, 2014.

ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. A cruz versus a espada: a resistência do CEAS durante a ditadura militar. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (organizador). **Ditadura militar na Bahia: Histórias de autoritarismo, conciliação e resistência.** Volume 2, Salvador: EDUFBA, 2014.

PESSOTI, Gustavo Casseb. As políticas de atração de investimentos industriais e o desenvolvimento industrial da Bahia no período do regime militar brasileiro. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (organizador). **Ditadura militar na Bahia: Histórias de autoritarismo, conciliação e resistência.** Volume 2, Salvador: EDUFBA, 2014.

CLEMENTE, José Eduardo Ferraz. A ciências durante a ditadura militar: a criação da pós-graduação na Universidade Federal da Bahia e o caso da Geofísica (1964 – 1985). In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (organizador). **Ditadura militar na Bahia: Histórias de autoritarismo, conciliação e resistência.** Volume 2, Salvador: EDUFBA, 2014.

PARANHOS, Darliton de Sena. Experiências de luta e conflito de classes: os trabalhadores químicos e petroquímicos baianos, suas organizações e a luta contra a ditadura militar. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (organizador). **Ditadura militar na Bahia: Histórias de autoritarismo, conciliação e resistência.** Volume 2, Salvador: EDUFBA, 2014.

BRITO, Charlene José de. A luta pela terra na Bahia: a atuação da Cediter e da CPT durante a ditadura militar. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (organizador). **Ditadura militar na Bahia: Histórias de autoritarismo, conciliação e resistência.** Volume 2, Salvador: EDUFBA, 2014.

SANTOS, Igor Gomes. Lutar contra a ditadura e contra os “falsos” democratas: a construção do PT em Feira de Santana (1979-1984). In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (organizador). **Ditadura militar na Bahia: Histórias de autoritarismo, conciliação e resistência.** Volume 2, Salvador: EDUFBA, 2014.

NETO, Joviniano Soares de Carvalho. Bahia – as eleições na ditadura militar. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (organizador). **Ditadura militar na Bahia: Histórias de autoritarismo, conciliação e resistência.** Volume 2, Salvador: EDUFBA, 2014.